



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

**PERCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O LAZER E A EDUCAÇÃO NAS PRÁTICAS
DE SOCIABILIDADE EM ALAGOINHAS-BA**

LIZANDRA DE SOUZA LIMA

SALVADOR

2018

LIZANDRA DE SOUZA LIMA

**PERCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O LAZER E A EDUCAÇÃO NAS PRÁTICAS
DE SOCIABILIDADE EM ALAGOINHAS-BA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

SALVADOR

2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Lima, Lizandra de Souza.

Percepções históricas sobre o lazer e a educação nas práticas de sociabilidade em Alagoinhas-BA / Lizandra de Souza Lima. – 2018.

88 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Lazer – Alagoinhas (BA) – História. 2. Lazer – Alagoinhas (BA) – Aspectos sociais. 3. Lazer e educação. 4. Modernidade. 5. Sociabilidade. I. Rocha Junior, Coriolano Pereira da. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

LIZANDRA DE SOUZA LIMA

**PERCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O LAZER E A EDUCAÇÃO NAS PRÁTICAS
DE SOCIABILIDADE EM ALAGOINHAS-BA**

Dissertação de mestrado aprovada como requisito final para a obtenção do título de Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia em 16 de janeiro de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior
Universidade Federal da Bahia
Orientador

Prof. Dr. Romilson Augusto dos Santos
Universidade Federal da Bahia
Titular

Prof. Dr. Roberto Gondim Pires
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Titular

Dedico esta escrita a toda minha família que, assim como eu, têm nessa terra seu lar e sua morada compartilhando comigo essa caminhada de aprofundamento à uma história que nos compõe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a Deus e toda a espiritualidade por me auxiliar, me guiar e me proteger em toda minha caminhada acadêmica, principalmente nesta etapa.

Tenho uma enorme gratidão por toda minha família, unidade primária, que sempre me apoiou nos meus ideais fornecendo todo suporte possível para que eu pudesse avançar meus horizontes.

À meus pais, Edson e Rose por estarem sempre ao meu lado, à meu irmão Jadson, por entender a importância desse momento, à minha cunhada Simone por acompanhar todo esse caminho e a minha sobrinha Alice pela fonte de carinho infinita.

Quero agradecer, em especial, à meus tios Roque Paulo e Florisvaldo por sempre comprarem minha batalhas profissionais e pessoais integrando cada passo que dei até esse momento. Muito obrigada, tios!

As minhas amigas que, com paciência e carinho, apoiaram, cuidaram e se orgulharam em cada etapa. Para as amigas de/para sempre Priscila, Aline Lucena, Carol, Tay que vivem comigo a mais tempo, da infância para toda vida. Para as que passaram por esse momento junto comigo como as amigas de CoRPO, e agora de vida, Aline Machado e Maria Elisa, até as amigas de trabalho que também cuidaram de mim, Ju, Vivi, Thai, valeu por todo suporte.

Ao companheiro, amigo, amado e amante Carlos Robério por toda compreensão e paciência, pelo cuidado e carinho, por cada minuto em que viveu essa experiência ao meu lado, me incentivando, dando força para que eu alcançasse mais este objetivo.

A comunidade da Escola Municipal Irene Andrade de Assis por me conduzir a buscar formas de ampliar meus conhecimentos para que juntos possamos construir um ambiente educacional efetivo e que reconheça a sociedade que compõe.

Quero registrar também o meu Muito Obrigado para a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Bahia que me acolheu e viabilizou essa pesquisa, principalmente ao meu orientador Cori, que conduziu com maestria o desenvolvimento desse trabalho com a dedicação e o cuidado que se espera de um líder acadêmico nato. Cori, muito obrigado por me acolher no Grupo Corpo!

Agradeço também a Augusto César Leiro que, sempre solícito, acompanhou o desenrolar da minha trama acadêmica desde a formação em licenciatura na Faculdade Social até este momento.

LIMA, Lizandra de Souza. Percepções históricas sobre a sociabilidade e as práticas de lazer em Alagoinhas-Ba. 2017. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Este estudo aborda a estruturação do lazer e da sociabilidade em Alagoinhas-Bahia, entre o final do século XIX e início do XX, período em que o país vivia mais um processo de modernização. Esta ação leva à Freguesia de Santo Antônio das Lagoinhas novos ideais de sociabilidade e divertimento que influenciariam na estruturação da cidade de Alagoinhas. Esta pesquisa de perspectiva histórica possibilita vislumbrar a construção dos espaços de lazer na cidade de Alagoinhas e a representação de suas práticas. O problema norteador apontado foi: Qual o processo histórico que fundou a estruturação das práticas de lazer e de sociabilidade na cidade de Alagoinhas-BA? Evidenciamos que no contexto da investigação, a ideia de lazer não se apresentava consolidada. Falamos de um processo de construção desse fenômeno. Nosso objetivo foi compreender como as práticas de lazer e sociabilidade se estruturaram na cidade, e ainda, apontar e analisar as práticas culturais e suas representações à época. Como metodologia lidamos com a Nova História Cultural. O recorte temporal está entre 1863 e 1930. As fontes usadas foram os periódicos que circulavam na época e produções literárias e acadêmicas acerca do nosso objeto, no período. A partir desta análise é possível concluir que mesmo sem a apropriação dos conceitos atuais, já haviam ações de lazer sendo desenvolvidas na localidade, visando atender os novos ideais de sociabilidade e divertimento, intrínsecos ao processo de modernização. Entre as atividades registradas vemos a influência da população imigrante que chegou a cidade, a partir da construção da ferrovia, como um fator que estimulou as práticas que repercutiram nos novos hábitos culturais da sociedade.

Palavras chave: Modernidade; Lazer; Divertimento; Sociabilidade.

LIMA, Lizandra de Souza. Percepções históricas sobre a sociabilidade e as práticas de lazer em Alagoinhas-Ba. 2017. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

This study boards the structuring of the leisure and of the sociability in Alagoinhas-Bahia, between the end of the century XIX and beginning of the XX, period in which the country was lived one more process of modernization. This action takes to the Freguesia de Santo Antonio das Lagoinhas new ideals of sociability and amusement that they would influence the structuring of the city of Alagoinhas. This inquiry of historical perspective makes possible to glimpse the construction of the leisure spaces in the city of Alagoinhas and the representation of his practices. The problem guiding pointed was: Which the historical process that did establish the structuring of the practices of leisure and of sociability in the city of Alagoinhas-BA? We show up that in the context of the investigation, the leisure idea was not presenting itself consolidated. We talk about a process of construction of this phenomenon. Our objective went to understand like the leisure practices and sociability they were still structured in the city, and, to point and to analyze the cultural practices and his representations to the period. We used as methodology the New Cultural History. The cutting out historical is between 1863 and 1930. The worn-out fountains were the magazines that were circulating in the time and literary and academic productions about our object, in the period. From this analysis it is possible to end what even without the appropriation of the current concepts, already existed leisure actions being developed in the town, aiming to attend the new ideals of sociability and amusement, intrinsic to the process of modernization. Between the registered activities we see the influence of the immigrant population that reached city, from the construction of the railroad, like a factor that stimulated the practices that had repercussions on the new cultural habits of the society.

Keywords: Modernity; Leisure; Fun; Sociability.

Listas de Figuras

- Fig. 1 – Igreja Inacabada da Alagoinhas – Velha. p. 26
- Fig. 2 – Propaganda do Hotel Popular em Alagoinhas-BA. p. 30
- Fig. 3 – Casal Ernesto Navarro e Maria Granado, artistas cênicos. p. 42
- Fig. 4 – Praça do Comércio em dia de feira. p. 65
- Fig. 5 – Praça J.J. Seabra em construção (1900). p. 66
- Fig. 6 – Coreto Bar construído na praça J. J. Seabra. p. 67
- Fig. 7 – Praça Barão do Rio Branco. p. 70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UMA HISTÓRIA, UMA CIDADE: ALAGOINHAS, SUA FORMAÇÃO E A SOCIEDADE QUE A COMPÕE.....	25
2.1 Os espaços de sociabilidade em Alagoinhas na chegada do século	34
3 O INÍCIO DE UMA NOVA REALIDADE: ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE LAZER NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.....	39
3.1 O teatro e sociedade.....	39
3.2. As philarmônicas e suas práticas culturais: do povo ao clube.	42
3.2.1 A composição dos clubes sociais dançantes	46
3.3 O cinema e a indústria do entretenimento	51
3.4 Do jogo ao esporte: As práticas de diversões e seus espaços.	57
3.5 Os espaços públicos e suas práticas sociais.	65
3.5.1 As praças e suas mutações.	65
3.5.2 O lazer pelos trilhos: as atividades itinerantes.	72
3.5.3. As práticas na natureza.....	74
4 O LAZER NA CIDADE DE ALAGOINHAS: INTERPRETAÇÕES E PERCEPÇÕES	77
REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

Iniciar o percurso investigativo deste estudo representa o processo da alegria educacional que vibra em toda ação de pesquisa. Como citado por Paulo Freire “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca” (1996, p. 53). Assim nos é permitido vivenciar o deleite do aprendizado contínuo, adquirido da busca por um conhecimento a ser encontrado e exposto. Um ensinamento intrínseco à vivência de um e compartilhado na realidade de vários.

Expondo como local de fala a realidade externa às grandes metrópoles e dando visibilidade às ações nas demais cidades, esse estudo trilha o caminho para o interior do estado da Bahia, abrangendo assim ações locais executadas e vivenciadas por um povo em prol de sua própria região.

Na intenção de melhor analisar potencialidades, características e contribuições das localidades do interior do estado, em uma perspectiva histórica, temos aqui uma composição capaz de contribuir para a contextualização da cidade de Alagoinhas, no cenário cultural estadual.

A cidade está localizada à aproximadamente 120 km de distância da capital Salvador e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conta com uma população de 155.362 habitantes e um território que ronda os 708 km² de extensão, segundo dados de 2016.

A Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, no intuito de tornar mais eficiente as ações que viabilizem o desenvolvimento equilibrado e sustentável, setorizou o estado em 27 territórios regionais, tornando Alagoinhas integrante e sede do território 18 - Litoral Norte e Agreste Baiano, composto por um total de 20 cidades (SEPLAN, 2016).

Alagoinhas, como sede deste ambiente territorial, será o cenário da busca investigativa das relações entre as práticas de lazer e sociabilidade, numa perspectiva histórica, visitando o início da formação da cidade. Para tanto, contextualizando os temas principais que rondam essa pesquisa: o lazer e o seu potencial educativo e a sociabilidade.

Dumazedier (2014) aponta o lazer como um fenômeno capaz de influenciar diversos espaços da nossa sociedade, repercutindo nas relações que estabelecemos com o ambiente a nossa volta. Sendo assim, para compreendê-lo

enquanto objeto de pesquisa, precisamos traçar um conjunto de categorias e características para estabelecermos um conceito.

Ao debruçar-se sobre sociólogos que se dedicaram a análise da construção do lazer a partir da sociedade moderna, Dumazedier (2014) o identifica como sendo um conjunto de atividades opostas às necessidades e obrigações da vida cotidiana, que possuem como princípio central a liberação e o prazer, categorizando-se em três funções mais específicas: o descanso; o divertimento, recreação e entretenimento; e o desenvolvimento.

Sob a análise de Marcellino (2013), o lazer possui duas categorias centrais similares, que são: tempo e atitude, empregando-se dois rótulos gerais relacionados à “necessidade de lazer” ou às características que legitimam esta necessidade.

A partir das possíveis definições, entenderemos para este estudo, o lazer como uma prática cultural humana, vivida no tempo disponível, que reflete interesses variados representados em diversas manifestações, atrelados a livre escolha e a busca pelas sensações de descanso, divertimento, recreação e entretenimento, possibilitando nas suas vivências, situações de desenvolvimento humano.

Aproximando-nos da discussão sobre as compreensões de cultura, retornamos às análises de Dumazedier (2014). Nesta obra, o autor expressa a linha tênue que há entre a produção cultural, sua ligação com o lazer e o desenvolvimento humano e social. Em nota, o autor expõe dois exemplos de tratamento à cultura: a cultura de massa¹, num padrão estético acrítico, e a edificação cultural, num padrão de envolvimento da massa na produção da mesma.

Para desenvolver essa relação entre a composição cultural e nosso objeto de estudo, é interessante entendermos cultura como “um patrimônio de conhecimentos e de competências [...] constituído ao longo de gerações e característicos de uma comunidade” (FORQUIN, 1993, p. 12).

Tendo essa compreensão, podemos identificar cultura como sendo todas as atividades da vida cotidiana, reais ou fictícias, que podem construir a base de uma vida cultural e ainda, ser suporte de um desenvolvimento neste setor.

Para Morin (1997), a cultura de massa do lazer nos conduz à afirmação do indivíduo enquanto ser privado. Desse modo, esta cultura “orienta a busca da saúde

¹ Pelo que indica, a massa qual o autor se refere configura-se na sociedade civil por um todo.

individual durante o lazer e, ainda mais, ela cultua o lazer que se torna o estilo de vida” (p. 69). Em complemento a essa compreensão Melo e Alves Jr. (2012) ainda nos apresenta a cultura de massa como “àquela produzida pela grande indústria do entretenimento, destinada ao consumo em larga escala” (p. 56). Os autores ainda acrescentam características “padronizadas e unidimensionais”, “forjada majoritariamente a partir de modismos e relações impessoais” aplicando-se assim nelas uma ideia de padrões descartáveis e substituíveis (MELO e ALVES JR., p.56 e 57).

Ao mesmo tempo em que temos no lazer uma cultura, aparentemente despreendida de intencionalidade, vemos que nesse momento há conteúdos e ideias que são reforçados, disseminados ou condenados. É um amontoado de valores que estão atrelados as práticas que, independentemente de para quem eles servem, sua existência está intrínseca as vivências de lazer. Nesse aspecto, seu principal atributo é ser pré-moldada. Suas características principais chegam pré-determinadas e a mídia², junto a outros meios hegemônicos, cuidam de sua disseminação.

Outra compreensão possível de cultura se refere ao seu viés popular. Neste modelo vivenciamos a construção de aspectos mais regionalistas. Numa forma simples de comparação, teríamos em conceito, a cultura popular como diferenciada da cultura de massa, justo por esta se fundar em bases de construção comunitária, sendo desenvolvida segundo as características do povo que a vivencia. Trata-se de um conteúdo elaborado por um povo sobre suas próprias práticas e por isso, capaz de assumir significados variados, em diálogo com as diversas formas de vivência cotidiana, influenciando e sendo influenciada por aqueles que a vivem.

Atualmente, as formas de cultura têm sido mescladas. Aspectos como a globalização e a dita ação de apropriação da ideia de modernidade tem incidido diretamente na construção da cultura popular, o que tem realçado o movimento da cultura de massa (MORIN, 1997)

Esse aglomerado de culturas e as tensões existentes entre essas facetas são evidenciadas por Melo (2012), como um dos aspectos de contradição necessários para a existência do lazer. Expondo a ideia de que ao mesmo tempo em que essa cultura fornece um padrão comportamental, ela também fornece elementos para a transgressão e resistência a esse mesmo padrão. Todavia, esse processo

² Não debateremos mídia, apenas a tomamos como uma série de meios que servem para propagar toda uma série de conteúdos, por meios diversos.

transgressor se ressignifica sob a prática educativa, a existir no espaço-tempo de ação cultural, que pode ser o lazer.

Nesse caso, partimos da ideia de que a edificação cultural atua no desenvolvimento sociocultural humano e que essa mesma cultura abastece, enriquece e viabiliza a problematização das práticas de lazer, promovendo uma postura mais ativa e participativa do indivíduo, se interligando as dinâmicas sociais como um todo.

A prática cultural do lazer perpassa por questões sociais, comunitárias, políticas, e etc. Ela pode ocorrer de maneira não formal, pois sendo livre dos rótulos e das estruturas escolares, ela permite a troca e a construção de saberes, partindo de uma ação mais aproximada à realidade do indivíduo. Seus agentes se transmutam ora em facilitadores, ora em educandos das suas ações, reforçando as capacidades de coeducação do tempo do lazer.

Ainda que existam situações em que esta ação educativa ocorra sem o cuidado, rigor e enquadramento do padrão pedagógico, não levar em consideração a sua potencialidade educativa seria não reconhecer a importância e relevância dos mais variados conhecimentos populares.

Embora estes saberes não recebam o rótulo de científicos, merecem o nosso olhar apurado, por se tratarem de um saber construído pela cultura local, que necessita de uma atenção, seja para disseminá-lo com uma concepção de conhecimento, seja para aproximá-lo de um modelo científico.

Dessa forma, dentre as funções já expostas, é possível identificar no lazer o potencial de propagar, construir e reformular a cultura popular sob a ação dessa práxis educativa, ainda que, por vezes, não seja possível constatar a quem essa ação pedagógica irá servir, se a um padrão hegemônico ou contra hegemônico³.

Conceber o juízo de um lazer educativo, ao contrário da ideia de uma educação permanente e continuada, parte da visão integralista, que compreende que a ação pedagógica nunca se inicia da total ignorância do indivíduo, já que o mesmo está imerso numa cultura própria que é difundida através das ações culturais apropriadas por/pelo lazer (FREIRE, 1996).

Sobre a compreensão desse processo de ensino é preciso conscientizar-se que a educação não formal, ocorre em todo ambiente social onde o indivíduo

³ Entendemos hegemônico como a manutenção de um padrão social existente e contra hegemônico, como uma ação de contraposição a este.

estabelece uma relação. Esta se apresenta de forma tão contundente no processo de formação global do indivíduo, quanto à educação formal tradicional. Trata-se de levar em consideração um aglomerado de fatores relacionados à comunidade e a interpretação do seu contexto, em um caso de estruturação da identidade do sujeito perante o seu meio social (FREIRE, 1996).

Melo e Alves Jr. (2012) nos apresenta a ação pedagógica no lazer como elemento desafiador, por ela ocorrer em um momento em que, *a priori*, os envolvidos não estão disponíveis conscientemente para tal, enquanto Marcellino (2013) mostra o chamado duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação⁴.

Em suma, a concepção visualiza o educar pelo lazer como uma ação que visa promover o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo e a educação para o lazer, objetiva o desenvolvimento de ações voltadas à aproximação do ser a produção cultural existente. Dessa forma, identificamos no lazer um potencial educativo que pode ser explorado, tanto como conteúdo, quanto como possibilidade pedagógica, reconhecendo-o como caminho para despertá-lo da emancipação do indivíduo, incitar a reflexão dos padrões sociais, contribuir para a construção de novos valores e, além disso, proporcionar um ambiente de experiência social formativa (MARCELLINO, 2013). Sempre mantendo em vista o intuito ligado ao próprio sentido semântico na origem da palavra lazer, o *licere*⁵.

Esboçar a ideia do lazer educativo torna-se relevante para esse estudo, por percebermos que as ações que acontecem nesse tempo-espço são respostas do padrão cultural da sociedade onde a mesma ocorre e essa prática, também se repercute no padrão cultural da sociedade. Há uma via de mão dupla no saber produzido e abordado nesse ambiente interativo que se forma no lazer.

Também é relevante compreender que nessa discussão, este ambiente é visualizado como um todo, não apenas no seu conceito social, como também no estrutural, pois a construção do lazer, na sua magnitude, perpassa diversos campos da sociedade como sua estrutura urbana e econômica, por exemplo.

O processo de urbanização incide diretamente na disposição do fenômeno do lazer na sociedade e é notório que a estruturação das cidades é capaz de influenciar, em alguma medida, a expectativa da população com o seu tempo livre,

⁴ Grifo de Nelson Marcellino.

⁵ Licere é um termo em latim que em livre tradução para o português seria aquilo que é permitido.

além de estimular novos desejos e expectativas para o mesmo, ajudando a consolidar novas representações e novos hábitos (GONÇALVES; MELO, 2009).

Entendendo como locais socioculturais todo espaço público disponível numa comunidade, vemos que a estruturação do lazer numa sociedade é, em grande parte, determinada a partir do seu ordenamento espacial e geográfico, assim como também as questões de acesso e mobilidade incidem nesse determinismo. Além dessas observações, Freire e Sartório ainda apontam que:

Por isso, acredita-se que os espaços públicos desempenham funções relevantes na cidade e a sua importância está mais atrelada à qualidade de sua apropriação, ou seja, das relações que esses espaços guardam, juntamente com as atividades sociais realizadas. Por isso, há que se destacar a abrangência dos espaços públicos de lazer para além da esfera dos equipamentos produzidos pelo poder público. Identifica-se no meio nas cidades, espaços urbanos denominados alternativos, tendo em vista a ausência de infraestruturas (FREIRE e SARTORIO, 2015, p. 45).

Dortier (2010) associa a sociabilidade com a ideia de estabelecer relações sociais de forma eletiva, por afinidade, sem que esta ofereça de fato uma função utilitária. Dessa forma, ao falarmos de prática de sociabilidade, estamos nos debruçando sobre toda relação interpessoal, considerando que sua prática social se reflete nas percepções do indivíduo em torno do seu conhecimento e compreensão, em diversas áreas.

Essa reflexão nos leva a reconhecer, que mesmo perante o fato desta relação não se configurar com uma função predeterminada, ela incide na cultura dos sujeitos que a envolvem, reafirmando ou reestruturando o entendimento sobre algo ou um conhecimento específico compartilhado nesse contato. Constatamos nessa situação o esboço da prática da chamada educação não formal.

A essência propagadora da educação não formal sempre esteve ligada as práticas de lazer, que por sua vez, possui sua ligação direta a ideia de tempo livre. Esse processo do lazer se apresenta, segundo Mascarenhas (2003), como lugar de uma experimentação valorativa em que a estética, a ética e a política se relacionam de uma forma que inviabiliza dissociá-lo da educação.

Em uma concepção histórica, o lazer ganha variadas roupagens durante a evolução social da humanidade. Cardozo (2014) aponta que a construção do conhecimento relacionado a essa área de estudo tem como tendências hegemônicas o: “lazer resíduo (consumo), lazer idealizado, lazer higienista, lazer

como experiência, lazer como crítica do trabalho, lazer negado e lazer educativo” (CARDOZO, 2014, p. 21).

Ainda nessa anotação, o autor defende que durante os séculos XIX e XX, mesmo que com uma nova representação, predominavam ideias de um lazer idealizado, onde este era visto historicamente como “privilégio humano por excelência para as artes e a filosofia” (CARDOZO, 2014, p. 18). Hoje, no contexto moderno “se apresenta como uma alternativa ao consumo mercantilizado” (CARDOZO, 2014, p. 18). Nessa perspectiva, pairava sobre o lazer uma ideologia de “luxo”, onde a sua prática não se apresentava a todos que a bem quisessem.

Nesse sentido, apesar da diversidade de estudos relacionados a essa temática, a região nordeste, mais específico o estado da Bahia, e as cidades interioranas, em especial Alagoinhas, não dispõem de muitos trabalhos acadêmicos voltados a discussão da problematização do lazer, seja na contemporaneidade ou numa perspectiva histórica.

Longe de querer trazer a essa pesquisa uma ideologia positivista da historiografia, onde a História, como “senhora” da verdade, apresenta seus fatos, explicando todo complexo sistema que nos ronda, este estudo estrutura na perspectiva histórica um caminho, dentre tantos outros, que possibilite vislumbrar a construção dos espaços de lazer na cidade de Alagoinhas e a representação das práticas sociais em um contexto de educação não formal.

Ampliando nossa percepção, nos convém aproximar a este ponto do texto, como se dá a construção desse povo e de sua comunidade. Apresentar um pouco de sua história e de seus costumes.

No intuito desta aproximação, *a priori*, torna-se interessante entender que Alagoinhas é uma localidade que nasceu a partir da estadia de tropeiros durante o percurso das viagens para transporte de gado, pela Estrada das Boiadas que se estendia da Bahia ao Piauí (SANTANA, 2015).

A população que veio compor a comunidade da antiga Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas era formada, principalmente, por indivíduos que chegavam à localidade buscando estadia e uma pausa na viagem. Dentro desse processo estabeleceu-se na região um padre, que contribuiu diretamente para a visibilidade da localidade a partir dos investimentos realizados pelo mesmo, como construção de uma capela e o estabelecimento de moradia na Fazenda Ladeira, de sua

propriedade. Porém, foi com a chegada de um segundo padre, José Rodrigues Pontes que a comunidade conseguiu sua consolidação, sendo chamada de Villa de Alagoinhas. (GONÇALVES, 2015).

Toda a ascensão do seu desenvolvimento se deu graças às rotas de viagens que passavam pelo vilarejo, perpassando o advento da estrada de ferro, e a chegada das grandes rodovias (BR 101 e BR 110) que cortaram o município. Como ilustrado por Costa (1924), no início do século XX, essas estradas de rodagem funcionavam como vias de comunicação e sua presença foi uma “valiosa influência no desenvolvimento das sociedades” (p.1).

Atualmente, Alagoinhas é um polo industrial, comercial e educacional, sendo considerada uma cidade central para sua região. A cidade é tida como um núcleo urbano regional que se estabeleceu como um centro intermediário entre a região metropolitana de Salvador e a área do Litoral Norte (ARAÚJO, 2010). A ela se destinam indivíduos das cidades circunvizinhas em busca de oportunidades de ensino e trabalho. Esse processo se mostra presente durante todo percurso histórico da cidade, desde os que vieram para trabalhar na construção das ferrovias e depois das rodovias, ou nos campos de extração de petróleo, até os que se destinaram às instituições de ensino, como os que aqui chegaram juntamente com o Campus II da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Entendendo que esse processo histórico compõe uma teia relacional fica evidente alguns questionamentos: Como ocorreu a estruturação dos espaços para o lazer na cidade de Alagoinhas? Como a instalação desses espaços repercutiu nas práticas de lazer na cidade no início do século XX? Quais práticas eram difundidas nesse espaço? O que levava a adesão da população a essas práticas? Como a população se apropriava desses locais?

Consciente que uma pesquisa necessita ter apenas um problema norteador, o presente estudo emerge da seguinte questão: Qual o processo histórico que fundou a estruturação das práticas de lazer e de sociabilidade na cidade de Alagoinhas-BA?

É importante evidenciar que no contexto histórico que esta pesquisa visita, a ideia de lazer que se apresentava não estava consolidada como o padrão atual. Estamos falando de um processo de construção desse espaço-tempo, assim como da construção de todos os elementos que o ronda. Afinal, o cuidado e a dedicação

com o tempo de lazer estão diretamente ligados, em um âmbito mundial, aos avanços da Revolução Industrial. Esse processo só se estruturou, de forma mais plena, no Brasil, em fases posteriores a esta análise.

A partir de nossa questão de estudo, temos como objetivo geral, melhor compreender como as práticas de lazer e sociabilidade se estruturaram na cidade; e como objetivos específicos: Identificar o processo de construção dos espaços de lazer e sociabilidade; analisar as representações das práticas de lazer e sociabilidade que ocorriam à época; apontar quais práticas culturais eram organizadas nesses espaços; e analisar a adesão e/ou apropriação do público a essas práticas.

Definir o caminho em que a pesquisa será conduzida é um importante passo para um estudo bem-sucedido. Denominamos esse caminho de método, que segundo Lakatos (2003), em um conceito moderno, é a teoria da investigação que busca alcançar seus objetivos de forma científica, quando cumpre ou busca cumprir a resolução da problemática do estudo.

De forma específica trabalhamos com a pesquisa histórica, baseado na lógica da Nova História (BARROS, 2012) que, dentre outros artefatos, traz a interdisciplinaridade como carro-chefe desse modelo investigativo. Esse item nos conduz a interação estabelecida entre as disciplinas, de forma a abarcar diversas especialidades, utilizando de conceitos, teorias, metodologias e aportes variados para uma mais ampla percepção do objeto de estudo, ampliando o olhar sobre o mesmo.

Trabalhar o objeto histórico a partir da Nova História, para além de ampliar o conceito do mesmo, também expande a problematização da peça histórica, pois, ao olhar o contexto geral sob essa vertente, o pesquisador transcende a história tida como tradicional e passa a buscar, num conjunto ampliado, a pergunta a partir dos documentos e relatos. Dessa forma, o fato não se apresenta como um fim e sim como um meio do processo histórico, ele passa a ser mais um item em toda base de dados (BARROS, 2012).

Por se tratar da análise de práticas culturais, nesse estudo, lidaremos com a História Cultural como método de pesquisa, pois como apresentado por Melo, *et all.* (2013) quando a produção cultural nos conduz a análises que não findam na prática

apenas, mas perpassam em ideologias dominantes e hegemônicas, devemos ter por base a cultura.

Para os autores, assim como de efeito para esse estudo, um dos tocantes da História Cultural é a preocupação com a representatividade, os símbolos e as interações com o objeto de pesquisa. Nessa linha analítica, o foco não está exclusivamente em como o objeto se delinea, mas também em tudo que se relaciona com o mesmo.

O objeto de pesquisa, em áreas como as ciências humanas e sociais, tem por característica, segundo Minayo (2002), a base histórica. Essa consciência histórica situa-se na relação da sociedade ligada à interpretação do contexto, e por fim a identidade entre sujeito e objeto.

Segundo Melo et all (2013), nesse contexto, a História Cultural amplia a gama das possíveis fontes, sem abrir mão da criticidade, além de se apresentar como um caminho que viabiliza uma diversidade da tipologia de fontes, favorecendo estudos carentes das que são tradicionais.

A partir desta compreensão da multiplicidade de fontes, este estudo trabalha na busca de dados e apontamentos das práticas culturais, existentes no processo de estruturação da ideia de urbanização e modernidade na cidade de Alagoinhas, dentro do recorte temporal determinado.

Ao olharmos a construção do que hoje é a cidade de Alagoinhas, identificamos que a cidade começou a se estruturar a partir da emancipação de Alagoinhas, da Villa de Inhambupe, condição que foi oficializada em 1853. Todavia, foi só com a chegada da ferrovia, em 1863, que a sede da cidade começou a ser transferida da antiga vila (conhecida atualmente pelo bairro de Alagoinhas - Velha) para mais próximo dos trilhos. A ação de transferência se oficializou em 1868, com a elevação do lugarejo à Villa de Alagoinhas (BARROS, 1979).

Nesse movimento de transferência, toda a estrutura urbana foi reformulada e o poder público passou a ter outras concepções sobre ordenamento de ocupação espacial e geográfica. Essa reformulação foi estruturada pelo planejamento urbanístico elaborado entre 1868 e 1871 (LIMA, 2010).

Ao olharmos para o país, no mesmo período, identificamos que todo padrão econômico ganhava uma nova roupagem, com o advento da abolição da

escravatura, da organização da República, um maior investimento de capital estrangeiro, dentre outros aspectos. Sobre isso, como sinaliza Bolelli:

As relações econômicas do Brasil na segunda metade do século XIX são definidas pela expansão da produção cafeeira e pela implantação do trabalho assalariado, tendo esta última fundamental importância como geradora de desequilíbrios econômicos. Internacionalmente as economias centrais viviam uma fase de modernização e desenvolvimento tecnológico, tendo a necessidade de expandir seu capital para além das fronteiras europeias. Assim, foi direcionado um grande fluxo de capitais, principalmente ingleses, para as terras brasileiras, implantando aqui diversas modernizações (2013, p.1).

Esse ciclo de transformações que se passou no país foi acompanhado de perto por Alagoinhas, que teve na ferrovia de capital inglês e administração franco-belga (*Ferrovía Bahia and San Francisco Railway*), a ação impulsionadora de suas mudanças. Em 1868 se deu a inauguração da ferrovia, que teve sua primeira estação de passageiros inaugurada em 1871. Depois de uma pausa nas obras, devido a conflitos de interesses políticos, uma estação de prolongamento foi inaugurada em 1900. Ambas as estações carregam em sua construção as representações da influência inglesa na sua arquitetura (LIMA, 2010).

Nesta pesquisa, usamos como recorte temporal o período definido entre 1863 e 1930. Como ponto inicial, tomamos o movimento de urbanização da cidade, que teve como marco principal a transferência da sede administrativa para a região mais próxima da linha férrea. Como ponto final, encerramos no ano de 1930 com o fim do período chamado de República Velha. Finalizamos o recorte temporal nesse marco por entender que o processo da crise na economia, não só brasileira como mundial, repercutiu em todo cenário cultural global. Ao entendermos que a economia da cidade aceirava as atividades da agroindústria e concordando que até este momento a mesma estava em consonância com a economia nacional, tivemos a partir desse ano o início de um novo movimento de modernização, que não será possível discutir nesse estudo.

Como fontes, tomamos por base os dados coletados nos periódicos que circulavam na época, além de produções literárias e publicações acadêmicas acerca do nosso objeto. Para escolha do material a ser analisado levamos em consideração alguns critérios: inicialmente evidenciamos as produções acadêmicas de

dissertações e teses que abordassem a história da cidade dentro do recorte temporal desta investigação. Nestes materiais identificamos títulos de periódicos que foram veiculados na época, assim como títulos literários que delineiam o processo de estruturação da cidade que passaram a integrar as fontes.

Nesses documentos a busca se baseou na identificação de práticas culturais de lazer realizadas na cidade, seja por iniciativa privada ou pública, levantando assim as ações que ocorriam à época, sua frequência e um padrão de características que nos auxiliam a problematizar as práticas de lazer.

Destaquemos às fontes localizadas na Biblioteca Municipal dos Barris e na Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador, onde foi possível ter acesso aos jornais *O Correio de Alagoinhas* do período de 1924 a 1930 e as edições do Jornal *A Tarde* de 1915, e o periódico *Pátria Bahiana de 1920*, além da disponibilidade da leitura do livro *Alagoinhas e seu município* de autoria do Dr. Américo Barreira. Contamos também com os livros *Vultos e Feitos de Alagoinhas* de autoria Salomão Barros e o livro *Traços de Ontem* de Joanita Cunha Santos, disponibilizados pela Biblioteca Pública Municipal Maria Feijó, em Alagoinhas. Além dos periódicos *A Verdade* dos anos de 1877, 1878, 1882, *A Voz do Povo* de 1881, *O Alagoinhense* 1885, *O Povir* de 1878, localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A fim de complementar os dados históricos buscamos artigos e resumos expandidos apresentados em congressos que abordassem o campo teórico da história sob o olhar interdisciplinar, além de produções acadêmicas de dissertações que expusessem o processo de estruturação da cidade sob um contexto amplo, tendo em vista que não tivemos êxito na localização de materiais que discutissem especificamente o lazer na cidade em uma perspectiva histórica.

Para a análise de dados levamos em conta os elementos associáveis aos registros das ações culturais realizadas na sociedade da época; assim como elementos que nos permitam interpretar a representação e acolhida dessas ações, além de informações sobre como ocorriam estas ações.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos, além da introdução, que se dividem nos aspectos históricos relacionados ao lazer, às práticas de sociabilidade e lazer e seus espaços sociais e, por fim, um tópico para a problematização dessas ações.

No primeiro capítulo é apresentada uma discussão em torno da formação da cidade e das relações entre a comunidade e o ambiente físico onde a mesma habita. A ideia central é aproximar a história da cidade aos temas centrais da pesquisa, a sociabilidade e o lazer.

No segundo capítulo inicia-se a discussão em torno dos espaços de sociabilidade da cidade. Discorreremos uma delimitação desses ambientes e suas práticas, como elas aconteciam, quem usufruía, e quem organizava as ações nesses locais. A partir deste texto, buscamos tecer uma teia de saberes que expliquem a construção das práticas de lazer e sociabilidade em Alagoinhas, na perspectiva de abrir uma frente de estudos específicos.

Nesse percurso, no terceiro capítulo, se forma a teia relacional sobre os aspectos de lazer e as nuances de lazer educativo que existem nessas práticas. Baseando-se nos relatos e publicações apresentadas no capítulo anterior, identificamos padrões comportamentais, valores sociais e morais atrelados às práticas de lazer que podem denotar compreensões sobre a estruturação do lazer na cidade e sua representação.

2 UMA HISTÓRIA, UMA CIDADE: ALAGOINHAS, SUA FORMAÇÃO E A SOCIEDADE QUE A COMPÕE

Nesta sintaxe histórica o texto é composto por traços da construção da cidade de Alagoinhas, passando seus momentos de maiores mudanças. Este capítulo busca ilustrar as características organizacionais da sociedade nas fases iniciais da cidade desde a chegada dos primeiros viajantes até sua edificação com nuances mais urbanas, podendo assim identificar o processo de construção dos espaços de lazer e sociabilidade.

Há indicativos de que a região onde Alagoinhas se formou era rota para as boiadas que vinham do Piauí, para serem negociadas na capital da Bahia (BARREIRA, 1902). Ao longo dessa estrada foram criadas casas, choupanas e currais em localidades com condições viáveis para estadia temporária dos vaqueiros e dos gados. É dito que essa rota se iniciou por volta do século XVI. Acredita-se que o bom pasto e a extensa quantidade de água provenientes das lagoas, tornou a região das Lagoinhas um ponto de estadia desse roteiro (SEC, 1996).

No caso de Alagoinhas, os registros históricos se ligam a chegada, estadia e estabelecimento de um jesuíta chamado João Augusto Machado, que se fixou nessas terras por volta de 1777 (ARAÚJO, 2009). A beira de suas lagoas, o pároco levantou uma pequena capela em suas terras, a Fazenda Ladeira. “O jesuíta fundador permaneceu por 20 anos, dedicando suas atividades sacerdotais ao povoamento. Sendo substituído, em 1816, pelo Padre José Rodrigues Pontes” (ARAÚJO, 2009, p. 95). Sobre o período em que o jesuíta permaneceu na região não há muitos registros, assim como não se tem conhecimento sobre o que ocorreu após esses 20 anos.

A pequena capela do Padre José Rodrigues Pontes deu lugar a uma nova matriz. Esse movimento é compreendido como pontapé para a reestruturação do Arraial, conseguindo assim, nesse mesmo ano, o título de Freguesia de Santo Antônio. Passados 36 anos, o Arraial subiu a categoria de Vila (ainda como distrito), e, após um ano, em 2 de julho de 1853, oficializou-se sua emancipação e desmembramento da Villa de Inhambupe (LIMA, 2010 e BARROS, 1979).

A estrutura de uma nova edificação para a igreja do povoado reavivou o ambiente social da cidade. “No entorno dessa nova matriz foram feitas construções

residenciais e ali tropeiros e viajantes realizavam feiras, desenvolvendo um próspero comércio” (SANTOS, 2009, p.3).

Sobre essas feiras há uma maior quantidade de registros relacionados às práticas sociais que aconteciam nessa comunidade. Tendo por base documentos que apontam normas de convivência para Villa de Santo Antônio de Alagoinhas é possível notar alguns indícios dessas práticas:

Pois, o que se proíbe é o que se pratica, e pelo exame do que se proíbe podem-se perceber, portanto, práticas em uso em uma determinada sociedade. Assim é que o fato de uma norma ter proibido, por exemplo, apresentação de danças, vendas de bilhetes sem a autorização da Câmara, revela que isso se dava livremente na vila; (...) (LIMA, 2010, p.34).

Sabe-se que as práticas sociais de uma comunidade são a representação da cultura do povo que a compõe. Sobre o grupo desse povoamento em questão, nesse período, habitavam ali “boiadeiros, negros fugidos que partiam em busca dos quilombos, índios aldeados, [...] além de tropeiros e viajantes que comercializavam mercadorias” (SEC, 1996, p.8). Há registros também que a população que habitava estas regiões era “geralmente mestiça e derivada do cruzamento de portugueses, caboclos e africanos, entrando os primeiros por uma pequena parte” (BULHÕES, 1874, p.33).

A crescente ascensão da vila fez com que o padre José Rodrigues Pontes investisse em uma obra de reforma da capela, na intenção de um prédio maior, que acabou não sendo concluído⁶. O abandono da obra, dentre diversos motivos de ordem financeira e também política, ocorreu devido o deslocamento da sede da vila que até 1868 rondava a Fonte dos Padres e o edifício da igreja e que passou rondar a linha férrea que foi instalada, à aproximadamente 3 km da antiga sede. (LIMA, 2010 e BARROS, 1979).

⁶ A obra inacabada da Igreja de Santo Antônio permanece de pé até os dias atuais, embora algumas partes já tenham caído devido à ação do tempo.



Fig. 1 – Igreja Inacabada da Alagoinhas – Velha. (Foto atual). Fonte: Portal Alagoinhas Hoje.

Visitar esse momento torna-se relevante para a compreensão das dinâmicas sociais que veremos a seguir. Esse deslocamento, além de ser determinante para o crescimento da vila, foi carro chefe para a chegada de novos ideais de sociedade para todos.

De maneira abrupta, a área que após a transferência da sede, passou a ser chamada de Alagoinhas – Velha, saiu da realidade de vivências sociais arrojadas, tradicionais dos momentos de feira que movimentavam noite e dia, para um cenário de abandono, com vias públicas malcuidadas, sem limpeza ou cuidados similares (LIMA, 2010).

A força do dinamismo e animação desses momentos de aglutinação de pessoas da região ressaltou sua relevância ao sofrer alterações de maneira diversa: mudanças do dia, limitações de comércio e mais tarde alteração do local físico. A reverberação dessas mudanças provocou uma “desintegração cultural” (SANTOS, 1987, p. 28).

Como as localidades não eram próximas, o município passava a ter um momento de ruptura em seus padrões sociais. As feiras e todo mercado que rondava a antiga vila (atual Alagoinhas Velha) foram transferidas para próximo da nova sede municipal, o que provocou revolta na população, que já estava instalada na antiga região (BARROS, 1979).

As tensões causadas na localidade de Alagoinhas Velha foram diversas, desde a resistência dos moradores a aderir aos novos padrões de comercialização, até a negação do comércio que passava a se organizar na região baixa da vila.

Esse conflito entre as localidades se prolongou por todo processo de crescimento da vila, devido ao fato da Estação⁷ receber demasiados investimentos, sem que o mesmo ocorresse à vila. Para aquela localidade restaram apenas sítios e roças destinadas aos produtos que seriam comercializados na feira da nova sede e que começaram a ser transportados para a capital e municípios circunvizinhos, através da estrada de ferro (LIMA, 2010; SANTOS, 2009).

As relações entre os dois povoados interviam nas dinâmicas tradicionais da comunidade como podemos ver no relato a seguir:

Entre outros, me contaram que, quando, por motivo de alguma festa ou passeio, iam os daqui para lá, até água lhes negavam, dizendo-lhes, em ar de mofá - «vão beber água do seu Catú; deixam as festas bonitas da sua grande Estação para virem às festas pobres daqui»; e outras semelhantes (BARREIRAS, 1902, p.43).

Nesse ensejo, fica claro entender porque a permuta da feira só foi culminada cerca de cinco meses após a transferência da sede da vila e ainda assim foi necessário reforço policial para que se consolidasse, contando com soldados que “postados no caminho à entrada da antiga Villa, obrigavam os cargueiros e feiristas recalcitrantes a tomar a direção da estação” (BARREIRA, 1902, p. 42).

Nesse instante se tornou perceptível que a chegada dos trilhos da estrada de ferro trouxe para Alagoinhas novas concepções em relação à própria localidade, pois, trata-se de “novos pensamentos sobre velocidade, deslocamento, circulação, organização da produção e convivência [...] o que veio a alterar o *modus vivendi* dos habitantes” (LIMA, 2010, p.54).

Na conjunção da construção da estrada de ferro, ampliava-se a concepção do que é ser uma cidade urbana para os moradores da região. As construções de casas, a estrutura das ruas, as normatizações à feira e seus produtos, investimentos no comércio e afins, apontou para uma nova Alagoinhas, agora, para uma cidade que visava o progresso, seguindo os anseios das novas direções que o Brasil tomara frente à formulação de sua república.

Barreira assevera que “para que se pudesse decretar a mudança eram exigidas umas tantas condições que cumpria preencher (1902, p.39)”. Nesse propósito, com a ajuda do engenheiro Trajano da Silva Rego foi desenvolvido um

⁷ A zona que se formava próximo à estação de trem era chamada pela população de Estação, até o momento da oficialização da mudança da sede da vila.

projeto de planejamento urbano entre 1868 e 1871. O documento tinha por objetivo ordenar o desenvolvimento físico da vila e vislumbrava a abertura de ruas e travessas, assim como a construção de praças (LIMA, 2010)

Gonçalves e Melo (2009) relacionam o desenvolvimento das cidades com o crescimento do fenômeno lazer e de fato, isso se confirma na história para Alagoinhas, uma cidade recém-formada, que ainda teria um longo processo de estruturação pela frente.

Em Alagoinhas os primeiros comércios disponibilizados ainda tratavam de produtos de ordem básica, alimentação, vestimentas e demais itens primários. Havia também a estrutura para suporte aos viajantes, com pousadas e hotéis, que vão se consolidando junto ao crescimento do processo de urbanização. Essa ação também tinha influência dos senhores de engenho, que se estabeleceram na região a partir da mudança da sede (LIMA, 2010).

Neste momento já podemos observar que no final do século XIX, a estrada de ferro já apresentava a repercussão da sua presença em diversas frentes. Na estrutura física da cidade, apresentou-se a construção de casas para seus funcionários e oficinas de manutenção do serviço, além de fomentar uma necessidade de ordenação do espaço físico no entorno da ferrovia. Na economia local proporcionou vagas de emprego direta e indiretamente ligadas à estrada. Pelo relato de Joanita Cunha Santos⁸, a linha férrea ainda se mostrava como um meio de lazer ao dizer que “os alagoinhenses viajavam para a Capital para resolver negócios, fazer compras, ou mesmo para assistir os filmes” (SANTOS, 1987, p. 23).

Embora ainda pobre e com sua receita baseada em pequenas produções agrícolas, tínhamos uma cidade que “começou a viajar, a se comunicar, a viver melhor, comportamentos que elevaram a mentalidade do povo, refletindo, sobremaneira, na vida sócio-cultural do lugar” (SANTOS, 1987, p. 29).

⁸ “Joanita da Cunha fazia parte de uma classe dominante de Alagoinhas. Seu pai, Carlos Cunha, era o proprietário do Cartório da cidade, de uma fábrica de fogos de artifício, de uma fábrica de anil e de um sítio produtor de laranjas, quando este produto era o carro-chefe da economia alagoinhense.” (PAIXÃO, 2015, p.5). O livro da memorialista e poetisa Joanita Cunha dos Santos carrega em si relatos saudosos do período em que viveu na cidade desde sua infância até sua partida para Sergipe em 1948. Embora seus relatos partam uniformemente do ponto de vista de uma classe hegemônica, a riqueza na descrição dos espaços e das atividades culturais da cidade no período tem relevância para as análises deste estudo.

Esse relato nos permite dizer que a linha inglesa era de fato um meio viabilizador para o acesso a novos padrões de entretenimento e de sociabilidade, que anteriormente esta comunidade não possuía.

Dada essa demanda estrutural, a cidade passou a buscar, na figura do planejamento urbanístico, uma nova organização estrutural visando como parte principal das mudanças: a Casa da Câmara, o barracão da estrada de ferro, o mercado e a abertura das principais ruas, travessas e praças.

Dentre as características desse projeto, vemos que: “as ruas são retas e espaçosas e um espaço público que objetivava a circulação de homens e mercadorias – Praça do Comércio – que facilitaria contatos ágeis, conversas curtas e boa movimentação” (LIMA, 2010, p. 56).

Como decorrência dessas modificações, a vila ganhou um dinamismo nas atividades próprias da vida social, como podemos observar, por exemplo, em uma reportagem do jornal *A verdade* de julho de 1877, que descreve um espetáculo que ocorrera em um teatro da vila, organizado pela família Granada.

A execução de espetáculos de teatro fazia parte da vida social da vila. Na edição de 11 de fevereiro do mesmo ano foi reportado uma peça beneficente, em prol da liberdade de uma escrava, organizada pela Sociedade 7 de setembro, que apesar da causa, não teve uma boa adesão de acordo com o periódico. Nessa reportagem foi feito o anúncio de outro espetáculo que seria realizado na semana seguinte, mostrando assim que o teatro de fato fazia parte das práticas de lazer da época.

Além deste, o periódico explicita que, embora de forma sutil, a vila passava a contar com novos hábitos culturais. A partir de uma imagem vista abaixo, de propaganda veiculada no jornal *A Verdade*, de 31 de março de 1878, é possível identificar que a vila passava a ter nesse momento, por exemplo, a reestruturação de pousadas para padrões hoteleiros que contavam até com o serviço de restaurante.

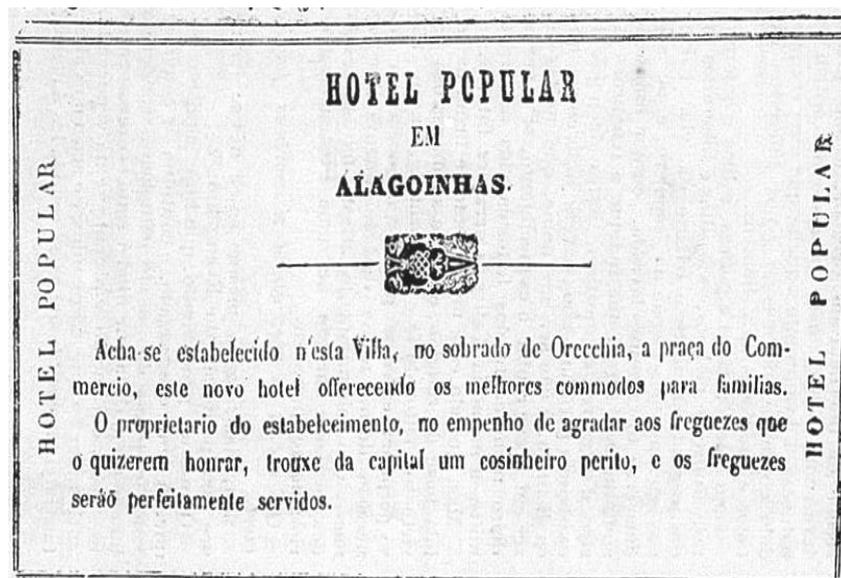


Fig. 2 – Propaganda do Hotel Popular em Alagoas-BA. Fonte: A verdade, 1878.

Esses locais foram representações de mudanças, não apenas nos padrões econômicos, mas também sociais. Lima (2010, p.62) afirma, que afinal “a chegada de pessoas que vinham a Alagoas, seja para negociar ou de passagem para o interior, exigiu uma melhoria nos serviços” e também repercutiu nas práticas sociais do povo. Até a imprensa local passou a levar em consideração à escrita e a divulgação de matérias com um tom de maior civilidade e um padrão urbano que abrangesse também o entretenimento e a sociabilidade. Por exemplo, temos:

ESPECTACULO EM BENEFICIO DA LIBERDADE DE UMA ESCRAVA. – A sociedade 7 de Setembro deu no dia 4 do corrente o espectáculo anunciado em beneficio da liberdade que era de espera attento o fim a que se destinava o produto do espectáculo: a caridade, porem dos que para ele concorrerão não desmerece por isso.

No dia 4 de março vindouro dará a mesma sociedade um espectáculo em beneficio das victimas das inundações em Portugal. É de crer que n'aquelle dia fique repleto o theatro, pois que a caridade não conhece nacionalidades nem tem limites em sua expansão.

(Jornal A Verdade de 11 de fevereiro de 1877)

13 DE MAIO

A “Euterpe” occupará no dia 13 o coreto para a tocata regulamentar, fazendo em seguida imponente passeata cívica em commemoração a grandiosa data da extinção da escravatura no Brazil.

Com o commercio fechado como é de direito, deve ter grande affluencia a passeata da Euterpe, que vae ser revestida de grande brilho e á luz de fogos cambiantes.

(Jornal O Correio de Alagoas de 07 de maio de 1924)

Nos recortes acima é possível identificar na divulgação, no Jornal O Correio de Alagoinhas, da ação disponível a amplo público, na figura da passeata a ser organizada pela Filarmônica Euterpe contando com o apoio do comércio dada a liberação da data comemorativa. Movimento que não é visto na reportagem anterior, do Jornal A Verdade. Vários fatores implicam na mudança da abordagem, mas de certo, o sentido de modernidade atrelado a ideia da abolição da escravatura passa a ser um marco para essa mudança.

À década de 1910, Joanita Santos nos mostra mais exemplos de como essa comunicação com a capital, e com os que de lá chegavam através do trem, repercutiam no cenário das práticas sociais locais:

Antigamente, havia em Salvador um célebre barzinho chamado 'Café das Meninas'. Em Alagoinhas, havia um similar: 'Salão Moderno', (...). Fernando, o mais velho, que residia na Capital, sempre aparecia, alegrando o ambiente do Salão, tocando piano. Sim! Tinha um piano que ficava perto das mesinhas onde eram servidos cafezinhos e aperitivos. Era ali o ponto de encontro para discussões políticas ou palestras informais entre amigos (SANTOS, 1987, p. 35).

Lidar com um aumento de padrões e valores da população requer não apenas interesse social, mas também investimento estrutural por parte dos governantes. A cidade do final do século XIX não contava com infraestrutura básica como saneamento, iluminação adequada ou transporte público, por mais que houvesse uma aspiração para tal. Com a elevação à condição de cidade adquirida na década de 1880, a postura de assumir a estética urbana passava a viabilizar as mudanças necessárias para essa demanda (LIMA, 2010).

Para entender o que essa mudança implicou, Dortier (2010) nos apresenta que a ideia de cidade passa pela noção de produção e comércio. Trata-se de quando “Num mesmo local, começam a erguer-se (...) grandes avenidas com suas ‘grandes lojas’, os parques, os cafés, os teatros, os museus... Constitui-se uma sociabilidade urbana (p.71)”. Falamos assim de um lugar que vive o “individualismo, das relações impessoais, das novidades, das permutas racionais pelo dinheiro e pelo comércio” (DORTIER, 2010, p. 71).

A intenção aqui é entender que ao entrarmos no tocante da estrutura da cidade, não o fazemos apenas no plano das estruturas físicas, mas também no contexto de padrões comportamentais e relacionais. Nesse contexto a sociedade

que compunham a nova sede da vila mostra-se ativa na adesão a essa inovação na concepção idealizada para a Alagoinhas dos anos finais do século XIX.

Nesse período se via um crescimento no comércio da cidade. No geral eram “vinte e sete negociantes dedicados à venda de tecidos, miudezas, ferragens, louças e calçados (LIMA, 2010, p.81)”. Muitos dos empreendimentos recém-inaugurados contavam com iniciativa e influência dos imigrantes vindos de diversas localidades do globo. No total “em 1890, em Alagoinhas, vivia vinte e dois indivíduos de outras nacionalidades. Desses se registraram um norte americano, dois britânicos, dezesseis italianos, um português e dois espanhóis (LIMA, 2010 p. 82)”.

Em seus negócios eram ofertados aos alagoinhenses produtos importados como licores e vinhos, além de vestimentas e acessórios de beleza e estética, tanto pessoal, quanto de casa. Isto influenciava não apenas na moda, como na mentalidade e valores de uma sociedade que começava a se apropriar de ideais cosmopolitas, contudo ainda vivia uma realidade um tanto rural (LIMA, 2010).

A cidade vivia um novo tempo, acompanhando o movimento nacional de adesão às ideias republicanas. Estávamos agora na Primeira República, o movimento abolicionista ganhara força e se consolidava e vivíamos um momento histórico guardado nos ideais de progresso e, como carregamos na frase do símbolo patriota da bandeira do país, necessitava de ordem.

No mês seguinte a proclamação da república, “foi, pois, ao que parece, Alagoinhas a primeira localidade bahiana que aderiu á Republica, e o fez directamente no dia 17 (BARREIRA, 1902, p. 55)”. Américo Barreira descreve que assim que tiveram conhecimento da proclamação da República, as autoridades da cidade se reuniram e organizaram uma representação declarando o total apoio ao movimento nacional. Era uma mostra de que a cidade estava alinhada com as ações do país e que tinha em si uma personalidade à frente, mesmo não sendo uma província de conhecimento e fama nacionais.

Novos ideais, aproximações com a cultura imigrante, a nova relação com o tempo, entre outros padrões de consumo e comércio conduziu o poder público a direcionar boa parte de sua receita e verbas para a organização do centro urbano da cidade, no intuito de atender as necessidades de um povo que agora se via nos anseios da vida urbana: a necessidade de espaços de sociabilidade.

2.1 Os espaços de sociabilidade em Alagoinhas na chegada do século

As ruas contavam com a iluminação de candeeiros apenas, serviço iniciado no ano de 1878. Não havia calçamento ou uma estrutura que permitisse uma boa circulação pelas vias públicas nesse período. Se a temporada fosse a chuvosa, a situação ainda se agravava.

Ainda assim, algumas práticas sociais eram realizadas como, por exemplo, a tradicional feira. Na chegada dos anos 1900, Dr. Américo Barreira redigiu um livro a pedido dos “homens de poder” da época, visando enaltecer o processo de crescimento da cidade. O livro se tornou um marco no que se refere a amostra de dados sobre a história da cidade e foi utilizado até pela redação do Jornal A Tarde, no ano de 1915, como fonte para uma reportagem sobre a localidade.

Mesmo tendo pretensões, como o próprio autor assumia, o livro descreve com minúcias a realidade vivida nos momentos de feira na cidade. Definitivamente esse espaço mostrava-se como um ambiente com alta disponibilidade à prática social como vemos a seguir:

Não conheço instituição mais democrática do que a feira, onde se encontram indivíduos de todas as cores, gente de todas as posições, desde o capadócio até o doutor (...) questionando alto, conversando amigavelmente ou contando casos alegres e desopilantes (BARREIRA, 1902, p.201).

O espaço da feira era ocupado por pessoas de toda região. Desde os trabalhadores da feira que “desde muito cedo começam a afluir de todas as ruas e estradas centenas e centenas de indivíduos, homens, mulheres e crianças (BARREIRA, 1902, p. 199)”, até o público que dela iria usufruir como os “habitantes da cidade, chefes de família que saem para labuta diária, senhoras acompanhadas por criados e amas de côfo enfiado no braço, ou conduzindo balaios...” (BARREIRA, 1902, p. 200).

Mesmo o autor entendendo que este espaço se apresentava democrático, identificamos em seus relatos que há uma distinção entre os que ali estavam. As classes e grupos sociais mostram-se bem delineados e ficava coerente a visualização de que esta democracia existia apenas no aspecto da presença física. Já que a interação mais constante que se estabeleceu ali tinha conotação comercial.

Apesar dessas contradições, o sábado de feira era o momento mais rico de práticas sociais em ambiente público do final de semana. A mesma animação não era vista pelas ruas da cidade no dia posterior a feira:

O domingo, porém, contrasta singularmente com a véspera, é um dia morto, insípido e sem movimento algum, o que se explica pela falta completa de distrações e divertimento e, em parte, pela pouca sociabilidade da população, que em geral, se limita a ligeiras visitas entre parentes e amigos mais íntimos. A não serem alguns amantes da arte venatória, que procuram divertir-se em caçadas às perdizes, codornas e outros pequenos animaes na Serra do Oiro e nos arredores da cidade, e os bilhares da Beneficência Caixeiral e os do Hotel Bahiano. Relativamente mal frequentados, só a colônia italiana se destrae em jogos e exercícios phisicos nas chácaras de seus patricios. No entanto Alagoinhas Velha se presta admiravelmente a passeios e convescotes⁹ bem com alguns outros pontos frescos e abundantes de água excellente (BARREIRAS, 1902, p. 202 e 203).

As ruas vazias do domingo seriam apropriadas por práticas esportivas na década posterior, porém para este momento, nos apontamentos de Américo Barreira, sua pouca utilização já nos mostra que a cidade carecia de ações que proporcionasse uma maior sociabilidade.

No período encontramos a experiência com algumas práticas, não tão comuns, mas indicativas de vivências divertidas. Uma delas foi a caça. Tal atividade nos amplia o olhar para os espaços naturais, a mata, um fenômeno que pode ser tomado como rural e assim, contraditório a uma cidade que queria ser moderna. Todavia, ao mesmo tempo, seu domínio e utilização como área de lazer demonstra uma postura mais urbana onde “o sentido do urbano contém o sentido da dominação técnica e racional sobre a natureza” (DIAS e JUNIOR, 2006, p. 2). Nesse espaço, além da caçada, ações como passeios e *convescotes* (lanches ao ar livre), bem mostram que as áreas verdes eram parte dos cenários de sociabilidade da comunidade alagoinhense (BARREIRAS, 1902).

Outra vivência divertida eram os jogos de bilhar na cidade. Tal atividade permaneceu no cotidiano da comunidade por um longo período. Há indícios de que esse jogo de bilhar já fosse regular em diversos países como França, Inglaterra, lugares onde o ideal modernizante já era notório.

⁹ Convescotes é um neologismo feito por Dr. Castro Lopes ao referir-se sobre o que é chamado de *picnic*. O autor Américo Barreira alega no livro preferir aderir a este neologismo a optar pela ideia de estrangeirismo que o mesmo não era adepto.

Alagoinhas, a época, contava com uma comunidade italiana. Nesta se viam atividades divertidas de forma usual do que no restante da cidade, sendo por isso mesmo dissonante. Dessa forma, podemos inferir que esses costumes eram características trazidas do país natal, ou seja, ao se verem na necessidade de sair de sua pátria, a carregavam junto, na forma de experiências culturais.

Em meio as atividades que aconteciam na cidade da primeira década do século XX, vimos também uma reestruturação dos espaços públicos. Nesse período tivemos melhoramentos “que visava calçamento, nivelamento, abertura de ruas e construções de pontes” (LIMA, 2010, p. 108), além de reformas nas praças públicas. Boa parte dessas mudanças foram executadas buscando garantir espaços de sociabilidade, tentando dar a cidade, na entrada do século XX, uma estrutura mais adequada aos tempos que se projetavam. De toda forma, tais ações modernizantes, de alguma maneira, também viabilizaram ações voltadas ao entretenimento e divertimento, proporcionando espaços de lazer, sendo este, um fio condutor de experiências sociais.

Dentro deste quadro de novas experiências identificamos uma em especial, as filarmônicas e as apresentações culturais.

Na época aqui investigada havia na cidade algumas organizações musicais:

Duas associações musicais (Euterpe Alagoinhense e União Ceciliana, com duas boas filarmônicas); (...); dois clubs carnavalescos (Filhos do Sol e União Juvenil), que deram a nota mais brilhante ao Carnaval deste ano (BARREIRA, 1902, p. 195).

A Praça do Comércio, que até então era utilizada para encontros relacionados à troca de mercadorias, no início do século XX ganhou uma nova estrutura, o Pavilhão Bar, no intuito de abrigar as apresentações culturais. Além das árvores ornamentais plantadas nas ruas que rondavam o prédio do Paço Municipal, a referida praça e toda região entorno da Estação São Francisco recebeu calçamento e passou a ter arborização (LIMA, 2010).

As praças da cidade eram palco de vários eventos da sociedade alagoinhense, como as quermesses, os festejos religiosos. As datas comemorativas como o Ano Novo e o Carnaval aproveitavam desses espaços, pois estes possuíam grande poder de concentração de pessoas. As bandas principais das filarmônicas se apresentavam nesses locais e também nos eventos de inauguração de áreas

públicas. Quando da inauguração do prédio da Câmara Municipal houve um grande evento:

À noite esteve exposto á visita pública todo o edifício, havendo danças nos salões do concelho e do jury, tocando neste até alta madrugada a banda da União Ceciliana e naquelle dia a da Euterpe Alagoinhense; cumprindo nota que em todos os atos, não só do dia 2, como nas noites de 3 e 4, essas duas estudiosas bandas abrilhantaram as festas com peças bem ensaiadas de seus vastos repertórios (BARREIRA, 1902, p.84).

Ter nesse perfil de eventos um padrão de lazeres não era exclusivo de Alagoinhas. Corbin (1995) aponta que essas práticas de festividades ligadas a eventos religiosos e políticos se apresentavam como espécie de atividade de lazer para a época. Afinal, como em todo o globo, a demanda de trabalho e reorganização dos tempos e das estruturas das cidades estavam em processo de construção e a elaboração de uma cultura destinada a esses momentos ainda era frágil.

Para reger esses momentos, as duas grandes e bem-conceituadas filarmônicas (Sociedade Filarmônica Euterpe Alagoinhense e Sociedade Filarmônica União Cecília) ganharam visibilidade, realizando apresentações em todos os eventos de maior magnitude.

Destas duas identificadas, primeiro surgiu a União Cecília, em 1883 e dez anos depois a Euterpe Alagoinhense. Ambas participavam das ações e eventos que haviam na cidade. Desde a inauguração da Estrada de Ferro, até os eventos religiosos, como as quermesses organizadas pela igreja.

Os novos espaços construídos nas praças da cidade tornaram-se palco de diversas apresentações e até mesmo disputas musicais entre as filarmônicas. Para deleite dos que iam para usufruir do espetáculo que elas apresentavam por horas, com repertórios exclusivos para as festividades.

Joanita Cunha Santos, em seu livro de memórias¹⁰, recorda a bela festa de Ano Novo ao som da Filarmônica União Cecília. O Jornal Correio de Alagoinhas de 7 de janeiro de 1925, em sua coluna exclusiva sobre as filarmônicas, relata sobre as mais de 6 horas do festejo da virada de ano, com pausa apenas para a tradicional missa matinal. Enquanto isso, a Euterpe apresentava-se no distrito de Aramary, à aproximadamente 10 km da sede.

¹⁰ SANTOS, Joanita. **Traços de Ontem**, 1987. Disponível na Biblioteca Pública Municipal Maria Feijó, em Alagoinhas-BA.

No 1º dia do ano, os festejos continuaram na Praça Rui Barbosa, com ambas as filarmônicas se apresentando, cada qual em um coreto, fazendo suas já populares “batalhas musicais”.

Além destes encontros musicais, ainda existiam as micaretas que ocorriam na cidade na ocasião do Carnaval. Elas agitavam a vida social na temporada e também o próprio comércio da cidade, que passava a vender novos produtos, graças aos festejos. Joanita Cunha Santos (1987), narra esse momento como uma ocasião bastante eclética em um contexto público. Em seus relatos, ela descreve as brincadeiras que ocorriam durante a festa, dentre elas cita um produto vendido pelo boticário da cidade: uma bola de água de cheiro colorida. As pessoas costumavam lançar essas bolas perfumadas umas nas outras, tingindo as roupas e provocando alvoroço entre os que passavam (SANTOS, 1987).

Ao som das filarmônicas e também dos clubes carnavalescos Filhos do Sol, União Juvenil e Cavalheiros de Veneza (este último criado por cidadãos de origem italiana), a população de Alagoinhas usufruía desse momento para confraternizar e socializar entre si (LIMA, 2010).

Nesse período o público adepto aos festejos das filarmônicas e demais bandas se expandia cada vez mais e a falta de estrutura que havia na cidade, em relação à iluminação pública era uma queixa constante dos moradores. Lima (2010) afirma que em diversas edições os periódicos locais dedicavam uma coluna para apontar as falhas e as reclamações de todos sobre o serviço de iluminação pública da cidade, fato que persistiu, mesmo com a instalação da própria usina elétrica.

A constante demanda da cidade por tempos de diversão acabou criando uma nova necessidade, ambientes apropriados para as apresentações e as ações culturais locais.

3 O INÍCIO DE UMA NOVA REALIDADE: ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE LAZER NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.

Neste capítulo iniciamos a discussão sobre a construção dos espaços destinados ao lazer na cidade de Alagoinhas, isso, no início da sua estruturação urbana. Nesse intuito precisamos esclarecer as ligações entre a ideia de cidade e o direito ao lazer.

No decorrer deste texto, o sentido de cidade perpassa a ideia de uma organização de espaço geográfico, lugar de produção e do comércio e voltado ao individualismo (DORTIER, 2010). Para lidar com esse novo padrão social, a comunidade organiza ações e locais que promovam a sociabilidade perdida, porém, a mesma precisa ser repaginada e reestruturada para o olhar da modernidade.

Na história de Alagoinhas, partindo da sua emancipação, vemos como práticas sociais de lazer, atividades como o teatro, as filarmônicas, as práticas esportivas, o cinema e os espaços públicos como as praças por exemplo.

Vamos acompanhar a seguir a configuração de cada um desses espaços e práticas, a fim de apontar quais ações culturais eram organizadas nesses lugares.

3.1 O teatro e sociedade

As primeiras movimentações artísticas da sociedade podem ser acompanhadas a partir das edições dos jornais *A verdade*. Neste, encontramos os relatos de apresentações teatrais que ocorriam sob organização da Família Granado e da Sociedade 7 de Setembro. Apesar das poucas edições preservadas deste boletim, é possível perceber que a prática era tradicional, embora não tenhamos conseguido identificar se ocorria periodicamente ou ao menos, o local exato onde se passava, porém, é certo dizer que chamava a atenção da população, seja pelo tema ou pela própria arte em si.

Na edição do Jornal *A verdade* de 2 de julho de 1877, foi noticiada um ato, com um enredo em tom cômico abordando a cultura cigana e a militar. A peça em questão foi intitulada de *A cigana e o soldado* e foi apresentada pela imprensa com uma baixa aceitação da população, devido ao fato de “atenuar qualquer mente que

por ventura exerce aquela composição, a dificuldade natural em apreciar devidamente o jogo de palavras em língua diversa da que fala a população”.

Ao mesmo tempo em que essas limitações poderiam apresentar-se nas composições teatrais, é possível observar que elas não eram impeditivas para suas práticas, já que localizamos outros relatos de apresentações no mesmo contexto.

A sociedade 7 de Setembro, pelo que consta no *A Verdade*, de 11 de fevereiro de 1877, tinha um perfil de organizar peças teatrais, buscando atender causas beneficentes. Nessa edição há uma descrição de uma peça voltada ao levantamento de fundos para a alforria de uma escrava, porém a apresentação não logrou o mesmo êxito da organizada pela Família Granada.

Em 1877, o país já beirava um período que traria significativas mudanças em seu sistema econômico, havia o debate sobre a abolição da escravatura e também se viam as reverberações da revolução industrial, que implicariam em adequações dos padrões de consumo, de comportamentos, e econômicos. Essa mudança processual não era uma ação amplamente aceita pela sociedade, pois o novo acaba muitas das vezes por causar estranheza, por mais que ele seja desejado, essa é uma das ambiguidades da modernidade.

Nessa mesma edição (7 de setembro de 1877) há a divulgação da próxima peça a ser apresentada pela Sociedade, que aconteceria no mês seguinte, dessa vez em prol das vítimas de uma inundação que ocorrera em Portugal. Sobre esta o redator expõe “É de crer que n’aquele dia fique repleto o teatro, pois que a caridade não conhece nacionalidades nem tem limites sua expansão”.

No ano seguinte, em 1878, na edição de 29 de maio do Jornal *O Porvir* temos relatos de apresentações teatrais, porém sem tantos detalhes sobre tema ou organização do ato, mas ainda assim há comentários de incentivo à adesão dos telespectadores do evento.

É possível visualizar assim que a iniciativa teatral além de regular, já que se apresenta em diversas edições e jornais diferentes, era emblemática na sociedade, pois, além de apresentar à recente cidade uma cultura artística, também aproximava a comunidade de temas relevantes à época ou a culturas recém-chegadas, como no caso das apresentações culturais da Família Granada.

Apesar de não noticiadas nos folhetins locais, a Família Granada, na figura de *Maria Granada*, era envolvida tradicionalmente em ações culturais. No jornal *A*

Notícia, que circulava na capital, há notas sobre as apresentações de dança realizadas pela mesma e por seu par *Ernesto Navarro*. Na capital, Salvador, as apresentações eram regulares, tendo notas em edições variadas. Como a família promovia ações em Alagoinhas, e pela escassez de fonte do período que compreende o final do século XIX é possível que tenham ocorrido ainda mais ações culturais voltadas ao teatro e a dança do que tivemos acesso. Como exemplos temos as notas a seguir:

HOJE

S. João – Será definitivamente hoje a estréia do dueto Granado e Navarro, bailarinos internacionais que se exhibirão nos tangos argentinos, maxixe parisiense, one stépe, valsa moderna, na Furlana, etc.”

Fonte: A Notícia, edição 107, 1915.

*

“A nossa capital, que nos tempos mais atrasados, já teve um café concerto e um casino, funcionando ambos com alguma atração, está agora tendo as melhores diversões nocturnas nos cinemas-theatros que se vão installando, mais ou menos, nos nossos cinematógrafos.

A moda foi aqui introduzida, há uns tres annos atraz pela empreza Variedades, quando inaugurou no Polytheama um cinema popular.

Depois passou ao antigo cinema Central e dahi ao velho S. João, ao Jandaia indo até ao Paz e Amor ou Eclair.

As variedades no cinematographo agradaram, embora, as mais das vezes os emperezarios contratem os números mais faceis de aborrecer.

Raros são os números de bens, de variedades que temos tido nos cinemas-theatros.

Agora, porem no S. João, está uma troupe regular da qual se destaca o comico francez Carvil, a graciosa bailarina Encarnacion Lobato e o numero de attracção Granada-Navarro, que nos apresentaram as danças da moda: maxixes e tangos, que tem feito furos na Europa.

Hoje eles fazem o festival de despedida exhibindo os melhores números do seu repertorio.

No Jandaia, onde já tivemos bons números, está trabalhando agora a artista italiana La Bella Fantina, que hontem estreou com successo .

E assim, pouco a pouco, os nossos cinematographos vão passando a cinemas-theatros.”

Fonte: A Notícia, edição 117, 1915.



Fig. 3 – Casal Ernesto Navarro e Maria Granado, artistas cênicos.
Fonte: A Notícia, edição 117, 1915.

Entendendo que, em suma, a composição do público expectador é determinante para a execução e concretização de ações teatrais, verificamos nessa prática uma iniciativa de sociabilidade efetiva para época que além de ter uma ação ativa no momento da exibição da mesma, ainda repercutia na sociedade como assunto de discussões tendo em vista que as peças compunham as notas dos jornais do período.

A década seguinte, de 1880 a 1889, é marcada por uma nova ação cultural: as philarmônicas. Como vimos, no início desse período, no ano de 1883 foi fundada a “1ª Banda Musical com o nome “Sociedade Beneficente União Ceciliana”, por Roberto João e sob a regência de Honório Marques” (BARROS, 1979, p. 51). No tópico seguinte aprofundaremos mais a discussão sobre o processo de estruturação desse novo e tão significativo ambiente cultural da cidade.

3.2. As philarmônicas e suas práticas culturais: do povo ao clube.

Muito “pau” quebrou nas ruas
e até famílias brigaram.
Muitas dúvidas sugeriram:
qual das duas é a melhor?
qual é a “maior” das duas?

Euterpe ou Cecília?

(...) Marchavam pela cidade
 com Zé-Povão seguindo atrás!
 Eram adeptos, torcedores
 ou alagoinhenses a vibrar
 com a beleza e harmonia
 a perfeição do compasso
 das Bandas que Deus nos deu. (...)

Maestros competentes, geniais,
 músicos e professores
 diretores sociais,
 escreveram numa Pauta
 entre bemóis e sustenidos
 uma Página de Ouro
 em termos bem definidos:
 arte – cultura – tradição (...)
 (SANTOS, 1987, p.41).

Nos versos de Joanita Cunha Santos vemos a dimensão do envolvimento da cidade com as ações das filarmônicas. Dentre as iniciativas de lazer registradas na época é possível observar que estas instituições promoviam a maior parte das atividades aderidas pela população.

A partir dessa iniciativa verificamos um grande marco nos investimentos de lazer na província. A apropriação da arte musical, para além dos momentos paroquiais, trazia para a vila uma nova cultura: a música. O investimento na arte musical que chegara em Alagoinhas no final do século XIX já fazia parte da realidade brasileira desde o início do século, com a chegada da Família Real. Corrêa afirma que “A música era a arte preferida da corte e muito se gastava anualmente com a manutenção da Capela Real e seu corpo de artistas, composto por muitos cantores (2013, p. 15) ”.

O ingresso da Família Real no Brasil trouxe uma variedade de costumes para o país, mas, além disso, também ampliou o acesso dos imigrantes europeus a essas terras. Na Bahia, no período de 1864 chegaram um total de 4.130 imigrantes tendo nesse montante, em ordem de quantidade, portugueses, italianos, ingleses, alemães e franceses. Boa parte desses italianos foi enviada para a construção das estradas de ferro do estado (BENEDINI, 2013).

Em Alagoinhas, principalmente pelas ações dos italianos, é perceptível a manutenção do padrão dos estrangeiros chegados ao estado na época: “os poucos estrangeiros dotados de algum capital preferiram investir em outras atividades, como

o artesanato e o comércio, enquanto os demais buscavam um salário nas raríssimas, porém seguras, atividades industriais (BENEDINI, 2013, p. 3) ”.

A cultura europeia, já apropriada das bandas musicais, chegando ao Brasil, reacendeu as iniciativas culturais ligadas a essa arte. Logo, o que começou compondo eventos sociais passava agora a configurar sua própria cena. Havia um determinado público que, vindo da capital através do trem, trazia a Vila novos conceitos e interpretações de consumo e uso do seu tempo livre. Eles excitavam a população com tendências de uma modernidade que os Alagoinhenses almejavam.

Inserida nessa cultura musical estrangeira estavam as filarmônicas, que se tornaram tendência no século XIX. Carvalho (2009) diz que criadas sob os ideais impulsionados pela Revolução Francesa de liberdade e fraternidade “as filarmônicas nasceram para democratizar a instrução e elevar o nível cultural das pessoas” (CARVALHO, 2009, p.2).

O autor ainda nos apresenta que o papel cultural legado à filarmônica no contexto europeu ocorre “Face à falta de instrução das populações, na sua maioria analfabeta, não só em Portugal como noutros países, eis que as pessoas criam meios de elevar os seus níveis culturais e de instrução, constituindo as filarmônicas” (CARVALHO, 2009, p.3).

Entretanto, mesmo na Europa, apesar da sua constituição datar o século XVIII é no século XIX que elas se popularizam, havendo indícios de fundação de associações dessa linha desde a primeira década dos anos de 1800. (CARVALHO, 2009, p. 8). Servindo à democratização da arte e segundo o autor “cumprindo nobre função social” (2009, p. 9).

Na sua chegada à cidade de Alagoinhas, essa cultura não logrou sucesso imediato. A Sociedade Beneficente Philarmônica União Cecíliana e a Philarmônica Orphesina, constituídas na década de 1880 acabaram entrando em falência ainda nos primeiros anos de existência (LIMA, 2010). Em um contexto geral, podemos associar a esse acontecimento o fato deste ter sido um período onde todo o país sofreu uma crise econômica proveniente da consolidação da república. Era um momento delicado para o país e também para a recém cidade de Alagoinhas.

De toda forma, esse cenário só foi reconfigurado em 1893 com a “Fundação da Sociedade Filarmônica Euterpe Alagoinhense. (...) Os Estatutos Sociais foram elaborados em 1899, por Benevides Macedo Silva, Mares de Souza e Eustórgio

Velloso (BARROS, 1979, p. 53) ”. A Sociedade Philarmônica União Ceciliana retornou ao cenário cultural da cidade em 1908, reformulada, porém sem a mesma estrutura já construída pela Euterpe, que desde seu início já tinha sua própria sede o “Clube Social da Euterpe – um velho sobrado cheio de sacadas e com várias janelas protegidas por grades artisticamente trabalhadas que se localizava (...) na antiga Rua da Câmara (LIMA, 2010, p.113) ”.

Desde a fundação as Philarmônicas da Euterpe e União Ceciliana se apresentavam em todos os eventos da cidade, fossem eles políticos ou religiosos. Como podemos ver a seguir no relato da inauguração da Câmara Municipal:

À noite esteve exposto a visita publica todo o edifício, havendo danças nos salões do Concelho e do Jury tocando neste até alta madrugada a banda da União Ceciliana e naquelle a da Euterpe Alagoinhense; cumprindo notar que em todos os atos, não só do dia 2, como nas noites de 3 e 4, essas duas estudiosas bandas abrilhantaram as festas com peças bem ensaiadas de seus vastos repertórios (BARREIRA, 1902, p. 84).

Mesmo com o passar do tempo a representatividade das associações musicais não mudaram, identificamos isso no relato sobre a festa da Imaculada Conceição feito pelo Jornal *O Correio de Alagoinhas* de 12 de dezembro de 1925 onde a filarmônica Euterpe, após participação na missa comemorativa, acompanhou a procissão com “música e grande multidão percorreu diversas ruas da cidade”.

E a assiduidade das mesmas nos eventos locais é ainda mais significativa nas notas sobre os festejos de fim de ano, como observamos na edição de 7 de janeiro de 1925: “Como nos annos anteriores, coube agora à querida philarmônicas “União Cecília” a primazia de organizar o programma das festas com que o povo se devia despedir do velho anno e saudar alegre e radiante o Anno Novo de 1925”. E o fez em uma quermesse e apresentações até o raiar do dia.

A abrangência dessas associações musicais extrapolava o centro urbano da nova sede e atingia os bairros mais distantes como a Alagoinhas-Velha que, com a chegada do serviço de transporte coletivo urbano em 24 de dezembro de 1925 passou a contar com as apresentações de tais bandas nos festejos locais.

Com o acesso viabilizado pela abertura de estradas de rodagem, os distritos como Aramary, Igreja Nova, Riacho da Guia, Sitio Novo e Estevão, passam a

receber esses grupos em suas ações locais. Quermesses e missas festivas são padrões encontrados para as festas onde as bandas se apresentavam.

Esse movimento se expandia para além do município. Encontramos registros no jornal *O Correio de Alagoinhas* de eventos na cidade de Catú onde além da banda, as filarmônicas também organizavam “passeios” para a população de Alagoinhas acompanhar suas apresentações nas localidades. O mesmo ocorria quando elas viajavam para os distritos mais distantes, como por exemplo, para Sítio Novo.

O envolvimento das filarmônicas com os espaços de diversões na cidade ainda conduziu a Associação Euterpe Alagoinhense a montar um bar no ano de 1926, o que foi entendido pela redação do jornal local como “mais uma casa de diversões”. O local contava com “dois bilhares, doces, gelados, bebidas e etc.”. (*O Correio de Alagoinhas*, 23 de fevereiro de 1926).

O cenário cultural musical da cidade também envolvia os clubes carnavalescos além dos clubes das próprias filarmônicas. Dentre os clubes carnavalescos organizados em 1901 haviam os “Filhos do Sol, União Juvenil e Cavalheiros de Veneza, sendo seus fundadores os cidadãos de nacionalidade italiana residentes na cidade e ainda uma ala moça de alagoinhenses, apresentando-se ao público até o ano de 1910”. (BARROS, 1979, p. 54).

Já os clubes das filarmônicas além de se ocuparem com as músicas, organizavam saraus e iniciativas culturais como bibliotecas, por exemplo. Eram também um ambiente de festas, atraindo interesse da população que buscava acompanhar o discurso de civilidade e moralidade atrelados ao processo de urbanização e construção do ideal de moderno.

3.2.1 A composição dos clubes sociais dançantes

Os eventos nos clubes provenientes desses movimentos musicais agitavam e repercutiam na comunidade local, envolvendo toda parcela da população do centro urbano. Aconteciam nesses ambientes desde bailes dançantes até saraus. Tudo destinado ao público pagante dessas associações musicais.

Existiam dois grandes clubes estruturados: A Euterpe Alagoinhense e o Elegante Club. Ambos mantinham programação ativa no calendário da cidade.

Datas comemorativas nacionais e locais contavam com ações culturais organizadas pelos mesmos. Havendo casos onde essas ações extrapolavam o ambiente do clube e tomava a rua da cidade em passeata. Acompanhando as notas do Jornal *O Correio de Alagoinhas*, identificamos a regularidade de seus eventos e a sua representatividade local. Entretanto é válido salientar que nem todo público tinha acesso a esses eventos, como vemos a seguir:

Sociedade Euterpe

Aviso por este meio aos sr. Sócio, que a Directoria desta sociedade, resolveo a fim de festejos o próximo carnaval, abrir os seus salões para dois bailes a phantasia no domingo 22 e na terça feira 24 do corrente mez, instituindo dois premios, um para a senhora ou senhorita que melhor phantasia apresentar, e outro ao cavalheiro que for mais original. Venho declarar, que só dará ingresso o convite da Directoria, o qual é rigorosamente instransmissivel e exigido na entrada. Pede-se a fineza de não levarem meninos. ”

(Fonte: O Correio de Alagoinhas, 31 jan. 1925)

Enquanto a imprensa evidenciava questões como a faixa etária e a necessidade de ter vínculo de membro com a associação para dar acesso ao evento, a direção presente no baile conduzia sobre o público. José Damasceno em seu artigo destinado a análise histórica da obra literária e memorialista de Maria Feijó, escritora ilustre da cidade de Alagoinhas¹¹, utiliza-se dos relatos da autora para expor as vivências sociais da época no período em que narra os fatos. Maria Feijó teria “seus oito anos de idade (...) mais ou menos entre os anos de 1926 e 1928” (DAMASCENO, 2017, p.12).

No texto é exposto o relato da abordagem feita pelo diretor do clube “Euterpe”, sr. Antonino Freitas, ao pai da autora, sr. José Feijó, devido ao fato do mesmo “haver levado uma ‘mulher de xale’, daquela estirpe” (FEIJÓ, 1988, p.91 apud DAMASCENO, 2017, p 12).

A “mulher de xale” tratava-se de Anacleta, descrita por Maria Feijó como uma senhora “muito humilde, limpíssima, paciente, quieta, conforme o apelido a identificava, educada mulata branca [...]. Natural do Riacho da Guia...”. Esta veio à família como “hóspede de ‘temporada’, essa, de um ano, ano e meio, para o fabrico

¹¹ A escritora Maria Feijó de Souza Neves, nascida em Alagoinhas, mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 1970, tornando-se escritora de vários livros de poemas e memórias sobre Alagoinhas, ganhando notoriedade na cidade. Atualmente, a única biblioteca municipal centralizada no meio urbano, leva seu nome: Biblioteca Municipal Maria Feijó, situada na Praça Rui Barbosa.

de uns charutinhos especiais supervisionados por mamãe” (FEIJÓ, 1988, p.91 apud DAMASCENO, 2017, p. 10).

A família Feijó integrava a alta sociedade na época, apesar de não termos relatos diretos sobre a ascensão social da família, o patriarca José Feijó, era membro tanto do clube da Euterpe, quanto do Elegante Club. Sobre as ações apresentadas nesses espaços Maria Feijó nos conta:

“Papai integrava os quadros sociais das duas filarmônicas da terra. Uma delas a “Euterpe Alagoinhense”, realizava memoráveis festas dançantes, das quais, nós lá de casa, assiduamente, participávamos, com as Santa Izabel proporcionando-nos os mais diversificados “show” de piano, canto, dança, arte enfim. A diretoria compunha-se de altos escalões da sociedade local, embora menos escalões do que os do outro salão de danças, existente (...) “Elegante Club” (...). Das altíssimas famílias. Fechadíssimo. ” (FEIJO, 1988, p. 88 in DAMASCENO, 2017, p. 11)

Ao abordar o Elegante Club, Joanita Cunha o intitula como “o mais chique da cidade, faziam-se as mais importantes reuniões e os mais tradicionais bailes. Era frequentado pela elite alagoinhense.” (SANTOS, 1987, p. 111).

Sobre as festas realizadas ali, ela relata: “As festas dançantes eram animadas e adorávamos dançar. (...) as danças da época: marcha, samba, bolero e uma recém-surgida: ‘swing’”. (SANTOS, 1987, p. 112). E mesmo não sendo membro da Sociedade Euterpe, a mesma afirma, após uma visita ao referido clube que “Geralmente as festas dançantes da Euterpe eram muito animadas. (...) A rapaziada era a mesma que frequentava o ‘Elegante Clube’” (SANTOS, 1987, p. 115).

O ingresso como membro de tais clubes figurava um padrão financeiro abastado para a sociedade da época. Em nota no Jornal *O Correio de Alagoinhas* de 19 de agosto de 1925, a diretoria do “Elegante Club” anuncia o aumento de sua mensalidade para o valor de 3\$000 (três mil réis) devido o ingresso de um zelador e a iluminação da biblioteca recém-inaugurada à época.

Esses bailes dançantes, acessíveis ou não para a ampla população local, reverberavam iniciativas e padrões culturais. Localizamos na década de 1920 notas frequentes sobre o ensino de piano, realizado pelo casal Alzira e Luiz Paulo Santa Isabel, músicos que também compunham os bailes dos clubes.

A música ecoava na rotina da sociedade urbana da época. Em 1913, Salomão Barros nos aponta a fundação da agremiação social “Grupo Musical 1° de

novembro fundado pelo alagoinhense Antônio Carneiro de Sá” (BARROS, 1977, p. 55). Apesar de não termos relatos de suas ações, a sua existência já é uma evidência de como a música integrava essa sociedade.

Além destas, encontramos que em 1920, nos registros do jornal *Pátria Bahiana*, na edição nº24 de 21 de abril, há o relato da existência de mais uma agremiação musical, a “Sociedade União Recreio”. Além das iniciativas musicais organizadas pela maestrina Vivina Ramos, em festividades religiosas como a festa de São José relatada na edição nº 19 do referido jornal, ou nos concertos musicais realizados no “feito de mais instruir e desenvolver os que se dedicam a tão encantador estudo” anunciado na edição de 27 de março de 1920.

Nas quermesses das missas festivas, no carnaval e na “mi-carême”¹² e até no cinema haviam apresentações musicais. As filarmônicas e suas bandas, mesmo mantendo suas mostras particulares nos clubes, ofereciam a comunidade seus dotes musicais em momentos de divertimento em ambiente público.

Deparamos com exemplos disso nas edições de 28 de novembro e de 12 de dezembro de 1925, o *Correio de Alagoinhas* nos relatos sobre os festejos dos aniversários das filarmônicas, União Cecília e da Euterpe, onde cada qual organizou na respectiva data de bodas, um dia de programações culturais, contando com quermesse acompanhada de apresentação musical da filarmônica e a noite um baile dançante em suas sedes.

Apesar de terem sua base na música, tanto o clube da Euterpe Alagoinhense quanto o Elegante Club não se atinham somente as apresentações musicais. Em 23 de janeiro de 1925, na nota do jornal *O Correio de Alagoinhas*, aparece o convite da diretoria da Sociedade Philarmônica Euterpe aos associados para um sarau a fim de comemorar a posse da nova direção. Nestes eventos, além das tradicionais exibições musicais também existiam declamações e mostras de arte em geral. Essas ações eram entendidas como indícios de civilidade, urbanidade e progresso como é perceptível na escrita do mesmo jornal sobre o “Chá dansante litero-recreativo” ocorrido no Elegante Club com circuito de declamações e palestras literárias anunciado na edição de 16 de maio de 1925.

Em 1927 o Elegante Club monta seu próprio recital: O Jornal Falado. Editado nos salões da própria associação, este recital teve uma publicação maçante

¹² Mi-carême era o nome dado aos festejos no perfil carnavalescos fora de época, similares a atual micareta.

nas edições do *O Correio de Alagoinhas*. Nessas notas eram associados ao evento programas como:

“(...) fará parte dessa inteligente reunião, o escol da intellectualidade patricia. A familia alagoinhense vae ter ensejo de assistir uma festa distinctissima na qual não faltarão as vibrações estheticas, imprimindo dest’arte uma originalidade de arte e mentalidade. E’ preciso que haja esses sentimentos de espirito a bem das nossas proprias tradicções de cultura.” (Jornal *O Correio de Alagoinhas*. 13 de abril de 1927)

Quando de sua execução ocorrida em 3 de maio de 1927 o jornal noticiou na edição nº 1054 o evento que contou com “a sociedade chic de Alagoinhas, constituída pelos elementos mais em evidência em nosso mundo social, artístico e literário.”

Numa ação conjunta com o Popular Cinema, pelo turno da tarde a:

“população avisa de diversões (...) desde cedo começou a affluir áquela casa afim de assistir o brilhante festival e ás duas horas, mais ou menos, teve início a festa com o Hynno Nacional executado pela jazz band “Ideal” seguindo-se o jornal falante, sendo todas as produções lidas em linguagem fácil e eloquente pelos respectivos redactores (...) O programa foi completo por belos trechos musicaes executados por artistas patricios e pela jazz band “Ideal”. (Jornal *O Correio de Alagoinhas*, 5 de maio de 1927)

Logo após a noite, todos de branco como solicitado em convite aos sócios, os festejos foram encerrados com um baile dançante na sede do clube.

Como mais uma evidência da linha de ações culturais o Elegante Club, em nota divulgada pela diretoria no jornal *O Correio de Alagoinhas* de 8 de junho de 1925, anuncia a organização de uma biblioteca social onde foi solicitado aos seus associados uma contribuição para doação de títulos que integrasse a mesma.

Diante desse cenário, vemos que as ações culturais relacionadas a música tiveram representação social para a sociedade alagoinhense, não apenas em um padrão estético social, como também no sentimento de pertença e de identidade a terra. O elemento musical levantado pelas filarmônicas reverberou paixões e encantamentos na população.

De todas as ações realizadas no meio urbano vemos na música a que teve maior acessibilidade e adesão da população em geral. Mesmo com os impeditivos

financeiros provocados pela organização do ambiente privado dos clubes e no ensino particular do uso de instrumentos musicais, como o piano, vemos que o acesso às mostras musicais era livre para a sociedade em um contexto mais amplo. Fosse nos momentos dos festejos paroquiais ou nas ações públicas ocorridas nos coretos da cidade fica evidente que a música se apresentava o carro-chefe das ações de entretenimento.

Sem dúvidas, a cultura levantada pelas filarmônicas abriu um precedente no padrão de vida local. O entretenimento e a diversão começaram a ganhar aspectos de produto e seu consumo passa a compor a realidade da comunidade. Esse precedente viabilizou a implantação do segundo foco da imprensa local sobre as ações culturais realizadas na cidade: O cinema

3.3 O cinema e a indústria do entretenimento

Devido à escassez das fontes midiáticas locais da época, não é possível expor aqui, com precisão, quando o cinema local se constituiu. Contudo, ampliando nosso foco para o contexto mundial, visualizamos que a ambiente cinematográfico ganha visibilidade a partir da ação dos irmãos Lumière em 1895, na França, mais precisamente em Paris (SILVA, 2009). Ao olhar da autora, o cinema:

tornou-se, rapidamente, uma das grandes manifestações lúdico-artísticas da contemporaneidade, popularizando-se pelo mundo todo, conquistando pessoas de todas as classes sociais, inaugurando novos modos de sensibilidades, tornando-se um componente central da cultura (SILVA, 2009, p.1).

Embora os filmes apresentados nesse período ainda tivessem a conformidade do cinema mudo, com apenas imagens, sem um áudio específico, víamos nesses projetáveis representações morais, comportamentais, valores, dentre outros aspectos que fomentaram investimentos de diversas frentes, tanto financeiras, quanto sociais.

Se na Europa seu surgimento por si só despertou o interesse da sociedade em seus diversos níveis, no Brasil, esse processo não foi diferente. Já em 1886 tivemos nossa primeira exibição de cinema, na capital federal, Rio de Janeiro. (SOUZA, 2007).

Mesmo com as limitações provavelmente causadas pela precariedade do fornecimento de energia elétrica da época, houve uma exibição semelhante aos demais repertórios de todo o mundo. Contando assim com produções da rotina urbana como “a chegada do trem; a oficina de ferreiro; uma praia de mar; uma evolução espetaculosa de teatro; um acrobata no trapézio e uma cena íntima” (SOUZA, 2007, p. 2).

Sabe-se que nas cidades fora da capital do país, a popularização do cinema chegou através dos caixeiros viajantes, que propagavam a cinematografia como propaganda para seus produtos e, muitas vezes, levavam consigo os rolos de filmes para exibi-los nas cidades onde passassem. Rodrigues nos mostra que “esses aventureiros foram também grandes responsáveis pela projeção das primeiras imagens apresentadas ao público” (2003, p.4).

Nesse padrão de apresentações é sabido que o cinema atraiu diversas manifestações de resistência a sua prática, não pela qualidade ou composição das produções, mas pelo aspecto público e coletivo empregado as exibições desses representantes culturais.

Na Bahia esse processo só configura as notas locais décadas depois. Em levantamento no portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional só passamos a ter registro do termo “cinema” a partir da década de 1910 e estes aparecem apenas nos periódicos da capital Salvador.

Em Alagoinhas, o aparecimento de indícios do cinema local compõe inicialmente a década de 1920. Nas gazetas de 1920 já são encontradas anotações relacionadas a essa atividade. Embora não apresentando regularidade na divulgação dos eventos desse espaço, o jornal *Pátria Bahiana*, na edição de 28 de fevereiro de 1920 já registra:

O festival da Euterpe, domingo último, no Cinema Popular – Com uma caza cheia e sob a proteção da distinta mocidade patricia, beneficiou-se no domingo último, com um atrahente festival no Cinema Popular, a maviosa e popular orpheica Euterpe Alagoinhense.

Foi focalizado importante e bellissimo film deleitando a assistência a harmoniosa banda que executou belíssimos números musicaes.

Nossas congratulações a festejada associação.

Nas edições seguintes do periódico *Pátria Bahiana* não encontramos mais relatos de ações do Cinema Popular, porém em janeiro de 1925, na edição 941 do

jornal *O Correio de Alagoinhas* obtém-se uma nota simples e pequena, apenas com a localização do Popular Cinema¹³, o único cinema registrado no período, localizado à Rua D. Pedro II, no centro urbano da cidade.

A figura local que alavancou essa cultura para cidade atendia pelo nome de João Caldeira, proprietário de comércio na cidade, o Armazém Popular. Ao expandir sua área de atuação para a indústria do entretenimento visual, o fez, inicialmente frente à resistência local.

A redação do periódico *Alagoinhense*, na edição 943, manifesta seu apoio ao conterrâneo:

João Caldeira, este espírito forte, que tem sabido lutar pelo adiantamento da sua terra, mantendo embora a custo a única casa de diversões que possuímos e a qual espíritos que olham com desinteresse e menosprezo até, o nosso adiantamento, tentaram ultimamente toma-la para dar fim, privando assim a cidade inteira do gozo de um divertimento (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 28 de janeiro de 1925).

Mesmo não sendo possível discernir o que de fato causou essa resistência, a situação aqui torna claro o posicionamento da sociedade sobre o espaço. Tratava-se de um estabelecimento unicamente destinado ao divertimento. Um retrato de que “Alagoinhas, neste particular vai marchando muito à retaguarda de outras cidades que têm foros de civilizadas” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 21 de fevereiro de 1925).

Inicialmente o ingresso de acesso às exhibições alcançavam valores de 2\$000 réis para os adultos e 1\$000 réis para crianças, valores que, com base na crise econômica que já se vivia na época, se apresentavam como elevados para os padrões locais. Ainda em 1925 o valor anunciado na gazeta local passa a ser o de 1\$500 réis retornando a ter nota referente ao valor de ingresso apenas em 1926, apontando para “cadeiras: adultos 2\$000, creanças 1\$000. Geral: adultos \$800, creanças \$500”.

O estabelecimento que funcionava sempre as quintas e domingos noticiava semanalmente o filme a ser focalizado durante a semana. Cada nota era

¹³ Apesar dos periódicos apontarem o “Cinema Popular” e “Popular Cinema” dado às características das ações e perfil das notas, é possível determinar que se trate, em ambos os termos, do mesmo espaço cultural.

acompanhada de um breve comentário sobre a história ou sobre a produtora da película.

Se no primeiro momento do cinema no Brasil, na década de 1900 houve uma estruturação de novos cineastas com produções nacionais na década de 1910 a “Bela época” do cinema brasileiro começa a perder sua força com a “invasão do filme estrangeiro” (SOUZA, 2007).

Vemos produções de filmes franceses, italianos, alemães e norte-americanos serem comercializados ao invés dos filmes brasileiros. Souza (2007) associa isso ao fato de:

O filme brasileiro, em termos técnicos e artísticos muito inferior ao que chegava de fora, só poderia ser concebido em termos de curiosidade episódica, e não como produto destinado a alimentar um mercado. Obrigados a escolher entre o nacional e o estrangeiro, o distribuidor e o exibidor, não só nesse momento, como posteriormente em toda a história de nosso cinema, sempre optaram, como é normal, pelo lucro auferido com a fita pronta e importada (p. 26).

Alagoinhas já inicia seu percurso cinematográfico nessa época onde os filmes estrangeiros ganhavam um destaque considerável pela sua perfeição estética-visual e os artistas dessas produções eram sobrecarregados de estrelismo sobre sua imagem, como retrata Souza:

Os jornais e revistas passam a colocar, entre as matérias pagas, anúncios de página inteira com fotografias de artistas estrangeiros, cenas de filmes, pormenores sobre as filmagens. (...) participam de modo fundamental as fãs que, entrevistadas, respondem: “Tanto me encantam os ídolos românticos das fitas da Gaumont como a brutalidade das fitas alemãs” (2007, p.26).

Já as gazetas locais, com produções mais simples, emitiam anúncios dos filmes em exibição, na maior parte das vezes, em notas textuais, porém com o mesmo perfil identificado na capital federal. Em uma coluna específica, “*Diversões*”, onde entre outras notas diz: “Amanhã, domingo, será focalizado no Popular Cinema uma super-extra-produção em 6 partes, intitulado: «O homem do deserto», pelo conhecido artista Harry Carrey” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 21 de março de 1925).

Além disto, as notas expunham sempre quando havia uma nova contratação de produtora, tendo o Popular Cinema firmado contrato regular com produtoras

como a Universal, Paramount, Fox, por exemplo, exibindo raras vezes filmes brasileiros. Para as produtoras brasileiras as notas não logravam o mesmo destaque, não havendo anotações sobre os artistas ou produtoras.

Em geral, a preocupação era enaltecer a atividade como algo civilizado e culto como podemos ver na nota a seguir:

E é assim que, d'ora avante os habitués do Popular terão duas vezes por semana essas soberbas produções que estão a cada dia, a extasiar as platéas mais cultas e que entre nós estão tendo a melhor aceitação e os mais justos aplausos. Há mezes que Alagoinhas só assiste exhibições de films bons (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 16 de junho de 1925).

Além de reforçar a questão moral em filmes exibidos nos períodos festivos religiosos, como no fim do ano de 1926, onde foi focalizada a “moralíssima Parábola do filho pródigo, que se constitue a edificante lição de moral de todos os tempos” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, nº 1032). E esta não foi a primeira película que detinha seu destaque devido as “lições de moral sobre que se resume o seu attrahentissimo enredo” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, nº 955), era comum a busca por filmes que se mantivessem os valores de civilidade levantados pela modernidade.

Outro ponto de modificações na rotina operacional do estabelecimento foram as apresentações musicais. No mês seguinte ao primeiro registro midiático, já vemos a nova abordagem do Cinema Popular: Além da exposição do *film* haveria também “apresentação de um bem organizado «*jazzband*» composto por distintos moços da nossa sociedade” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 14 de fevereiro de 1925).

Essa ação conjunta fazia parte da rotina das exhibições cinematográficas. E a divulgação das sessões tornou-se regular nos periódicos. Sempre com a nomenclatura de “*jazzband*” os redatores não esclarecem quem são as figuras que compunham o grupo, porém quando da apresentação diversificada havia a discriminação, como por exemplo, na apresentação conjunta da pianista Alzira Santa Izabel e da filarmônica Euterpe junto aos grupos escolares em um dos festejos de 2 de julho.

Logo, o espaço físico destinado a focalizações também receberia outras ações de entretenimento, concomitantes a exibição dos filmes. Vemos o primeiro relato desta ação na edição nº 972 do jornal *O Correio de Alagoinhas* quando foi

noticiada uma conferência com o espírita Dr. Yvon Costa, que estava de passagem pela cidade. No encerramento do evento “foi focalizado o film nacional “As Curas do prof. Mozart” onde se viu as curas do grande médium espírita” (1925, p.1).

Igualmente a este relato vemos outras linhas de apresentações, como em 1926 na apresentação do Grupo Rosas, que também estava de passagem pela cidade a caminho de Aracaju e apresentou suas peças de humor. Além desta, no mesmo ano também houve apresentações de ilusionismos, em junho e agosto, em setembro a apresentação do campeão brasileiro de dança moderna, sr. Nicolau Rosi.

Nota-se que as ações diferenciadas, com apresentações de artistas externos a realidade municipal, ocorriam no acaso de suas viagens, sem um movimento publicitário anterior a sua atuação. Esse pode ser um dos diversos retratos de como a ferrovia impactou no cenário cultural da cidade, já que sem a mesma viabilizando as viagens na época, dificilmente chegariam tantas iniciativas culturais no curto espaço de tempo levantado.

Sob olhar da sociedade local, nos relatos de Joanita Santos, o Popular Cinema que muito se esforçava para manter a exibição de filmes e a “vida divertida” da cidade, apresentava limitações e restrições. O maquinário costumava travar e os músicos convidados faziam suas apresentações a fim de entreter a plateia enquanto o mesmo era consertado (SANTOS, 1987).

Em suas memórias, ela ainda aponta como era vista a “Geral” (as arquibancadas com entradas mais acessíveis financeiramente), “com o apelido de “galinheiro” as pessoas assistiam ao filme pelo avesso, por de trás da tela de exibição” (SANTOS, 1987, p. 44).

Porém, mesmo com toda tentativa de civilidade e ordem empregada nos idealizadores do cinema como um todo, a população ainda apresentava conflitos perante o comportamento desejado para este local. Era comum encontrar notas na gazeta local repreendendo alguns comportamentos durante a exibição dos filmes, tais como: fumar, conversar em voz alta, contar os fatos que aconteceriam, movimentação constante na frente da tela impedindo ou dificultando a visualização e etc.

Em geral, apesar das limitações não só locais como mundiais nesse momento histórico, o cinema conseguiu, dentro do período analisado, manter sua

participação no cenário cultural da cidade. Em sua prática foi vislumbrada a intenção de manter a propagação do ideal de “ordem e progresso” impregnado nos conceitos de modernidade e urbanização defendidos na época.

Contudo, sua ação não pode ser apresentada como algo que compunha a realidade ampla da sociedade e seu potencial de sociabilidade mostrava-se restrito, tendo em vista que suas ações se limitavam ao público pagante.

A criação do acesso a parte de trás da tela (ação comum a outras localidades, como Irará), como estratégia para a expansão de acesso do público, apresenta-se como uma solução e um problema concomitantemente, pois a organização dos espaços não se dava da mesma forma. Enquanto um público tinha cadeiras, o outro se organizava em arquibancadas. Sem mencionar a visualização “pelo avesso” mencionada pela escritora Joanita Santos.

Debater sobre o espaço do cinema no contexto nacional da época é problematizar os conflitos e as tensões de interesses comuns ao espaço do lazer. Mesmo com todo seu potencial de entretenimento, vemos nessa prática tensões ligadas a acessibilidade a esses locais, valores morais e comportamentais, utilização dos filmes como meio sensibilizador de ensinamentos para a comunidade e etc.

Logo, este estudo que busca identificar e apontar as práticas culturais desse espaço, longe de pretender dar conta de tantos questionamentos, representa a lacuna real das análises das representações dessas ações e desse ambiente.

Não sendo este o único espaço a mostrar sua constituição nesse período histórico voltaremos nosso olhar no próximo tópico a uma prática cultural que passou a integrar as paixões nacionais nas décadas posteriores a essa análise: As práticas dos jogos e do esporte.

3.4 Do jogo ao esporte: As práticas de diversões e seus espaços.

O momento da transição do século abrigava manifestações de jogo de diversas concepções. Desde a prática de entretenimento ligada à jogatina, o que na virada do século passou a ser encarada com uma prática a ser combatida, até a estruturação do ideal de esporte no espelho da modernidade do hemisfério norte.

Sobre o século XIX, temos no relato de Américo Barreiras registros de diversas práticas de diversões, como a arte venatória, realizadas nas serras dos

arredores da cidade, os jogos de bilhar, realizados na Beneficência Caixeiral e no Hotel Bahiano, e as práticas realizadas na colônia italiana (BARREIRAS, 1902).

A atividade de caça, ou arte venatória, já se configura como realidade da cultura baiana desde as tradições indígenas, porém seu viés esportivo só é apresentado a nossa sociedade a partir da chegada dos imigrantes europeus ao Rio de Janeiro.

Hugo Ferreira, em sua tese, nos apresenta um panorama histórico e atual sobre a caça no Brasil, apontando que em 1860 já era possível identificar registros exclusivos sobre a caça no Brasil a partir do livro intitulado “A caça no Brasil” escrito por Francisco Adolfo de Varnhagem conhecido como o Visconde de Porto Seguro. (FERREIRA, 2014).

Nesse livro, Varnhagem figura a construção e o impacto da caça no Brasil, no sentido amplo, retratando detalhes de como proceder para o ataque a diversos tipos de presas encontradas no país e os cuidados para os animais de suporte, como os cães domésticos, por exemplo. Quando da caça esportiva, na interpretação de Ferreira (2014), ele aponta que:

A caça esportiva de raposas foi tida como de pouca frequência no Brasil, com exceção para o estado de Pernambuco, em que principalmente a família Sá e Albuquerque, a exemplo da caça a raposa britânica, exercia a atividade nas matas daquele estado. (p.50).

Nesse quesito, a Bahia, no intuito de acompanhar as iniciativas das práticas europeias como modelo da modernidade almejada, buscou constituir em seu ambiente a mesma prática já conhecida em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Entretanto, sem registros em periódicos da época ou no nível acadêmico (como artigos, dissertações ou teses) localizamos no blog ibahia (site do jornal Correio da Bahia) relatos de como essa prática era conduzida no estado:

O esporte breton da Caça à Raposa já foi praticado na Bahia, introduzido entre nós pelo Capitão Tenente Plínio da Rocha e os oficiais Diógenes dos Santos e Cantuaria Guimarães, em 1915. Era praticado nas matas fechadas da Pituba, entre árvores frondosas e lagos, numa área que suponho seja a mesma onde foi construído seis décadas após o Shopping Iguatemi e nas imediações o Jornal A Tarde e a Rodoviária, áreas estas que foram aterradas. Era praticado também no trecho entre a baixa do Campo Santo, seguindo por São Lázaro, até as dunas desaparecidas do Rio Lucaia no Rio Vermelho. (CADENA, 2016, p.1)

Nelson Cadena aponta em seu texto, que embora a prática tenha chegado à Bahia em reverberação das práticas cariocas realizadas na época, não houve aqui uma grande aceitação do “mundo chique”, ficando restrita apenas a oficiais e soldados do exército (CADENA, 2016).

Sendo assim, devido à quantidade escassa de registros e dada às leis alagoanhenses que regulavam o comércio e o uso de armas de fogo e de explosivos (LIMA, 2010), é possível crer que a prática apontada por Américo Barreira (1902) não chegava a se configurar como um esporte propriamente dito, já que nesse período a ideia da prática esportiva rondava:

uma busca pelo prazer e por uma excitação inovadora e simbolizavam aspirações por mudanças nas formas de agir e de circular do homem na sociedade, ou seja, o esporte caracterizava-se como a representação dos ideais da modernidade (ROCHA JUNIOR, 2011, p. 27 e 28).

Embora não haja apontamentos regulares dessas práticas, sabemos que ela ocorria de forma linear, pois encontramos registro de um episódio trágico em uma nota no folhetim local:

Outra prática apontada por Américo Barreira foram os bilhares. Sua existência na cidade era aceita, divulgada e defendida pela sociedade. Boa parte dos estabelecimentos como armazéns, hotéis e cafés possuía um bilhar, sendo este tarifado pelos órgãos públicos. Em 1925 o valor pago para ter um bilhar regularizado em seu estabelecimento era de 50\$ reis. A cidade contava em 1902 com 5 bilhares na sede urbana.

A fim de entendermos o elo entre as atividades supracitadas e o esporte é relevante ter em mente que no momento introdutório das práticas esportivas no Brasil, diversas manifestações se abrigavam no intuito da diversão e entretenimento. Logo, como o esporte ainda era um ideário em construção, o intuito é indicar as práticas culturais relacionáveis a esse ideário, ainda que nem todas tenham se consolidado, neste recorte histórico, como práticas esportivas alagoanhenses de fato.

Dentro dessa percepção vemos que o esporte apresenta já nesse período alguns requisitos formadores característicos como:

A definição de regras específicas; a criação de entidades reguladoras; a configuração de um calendário de competições; a existência de um corpo profissional próprio e a formação de um mercado ao seu redor (ROCHA JUNIOR, 2011, p. 28).

Nessa conformação apresenta-se na cidade apenas a prática esportiva do futebol. Em nível estrutural, Salomão Barros assinala que em 1919 temos a “Fundação do “Tupy Foot-Ball Club”, sob a Presidência de Nicola Farani, dando lugar à continuidade do movimento esportivo reinante na cidade” (BARROS, 1979, p. 56).

Embora sejam poucos os registros das atividades ocorridas entre 1900 e 1919, identificamos que a iniciativa italiana das práticas esportivas anunciada por Américo Barreira (1902) se ratificaram na constituição desse clube de futebol.

Em 1920, nas edições do periódico *Pátria Bahiana*, localizamos o registro de jogos de futebol entre outros dois clubes da cidade: o “Cruz de Ferro” e o “Guarany”. Na nota os redatores nos expõem:

Sports – Foi com indiscriptível animação que se effectuou Domingo ultimo o match de foot-ball, por nós noticiado, entre os valorosos clubs “Cruz de Ferro” e o “Guarany”.
A assistência era admirável e muito animada se mostrava, reinando a maior paz no seio de ambos os clubs.
Depois de uma disputa calorosa onde se observava a perícia dos aplaudidos jogadores sahiu o «Guarany» vencedor em 2 goals por 1 sendo que um foi conseguido em penalt.
Para o próximo Domingo está marcado nova disputa entre os mesmos clubs (PÁTRIA BAHIANA, 28 de fevereiro de 1920, edição n° 16).

A partir de 1924, acompanhando os registros do jornal *O Correio de Alagoinhas* é possível identificar que a prática do futebol integrava a realidade da sociedade alagoinhense. Nas notas publicadas são expostos os times locais, os placares dos jogos como, por exemplo, nessa nota de 21 de fevereiro de 1925: “Encontraram-se no domingo último no standim do matadouro as equipes principaes do “Ypiranga” e “Botafogo” vencendo pelo score de 1x0 o Botafogo”. Localizamos até mesmo, em algumas edições, descrições das partidas em si.

Na coluna “Desportivas” os redatores expunham reclames sobre a organização esportiva da cidade descritos na nota a seguir:

Desportivas - A cidade há muito que não assiste uma partida devido a retirada dos nossos clubs do grammado. Entretanto, parece que, o levante dos mesmos não tarda, estando por isso vivamente empenhado o pessoal da querida “Associação” que nestes dias pisará no grammado, fazendo reviver o entusiasmo e arrastando a grande onda de admiradores do football que possuímos, ao matadouro. De sua vez os outros preparam-se para luta. Que seja breve a voltadas tardes de sensação que os conjuntos locaes

sempre soube nos dar (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 07 de março de 1925).

Após essa nota, só encontraremos registro de notícias sobre o cenário esportivo em agosto do referido ano, noticiando vitória de um time baiano contra um time pernambucano, em partida ocorrida no Rio de Janeiro, sem apresentação de nome para os clubes ou registro dos jogadores.

Vemos o retorno das matérias relacionadas às práticas locais apenas em setembro, com nota descritiva do jogo na coluna “Desportivas”:

Com promissoras esperanças iniciou-se domingo 6, a vida sportiva da cidade, que de a muitos mezes estava morta.

Os primeiros a pisarem no campo foram o “Botafogo” e o “Ypiranga” que se empenharam numa lucta distincta, que finalizou com um empate de 1x1.

Devido a falta de treino dos players o jogo não desenvolveu uma boa technica, entretanto teve alguns lances de sensação.

Amanhã estes mesmos clubs se empenharão em renhida e amistosa lucta de desempate a qual certamente será cheia de lances electrísantes. No próximo domingo, 27, pisará no gramado a gloriosa “Associação” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, nº 974, 12 de setembro de 1925).

Não é possível identificar o surgimento ou o grupo que compunha o time intitulado de “Associação”, porém sua aparição passou a ser recorrente nas notas esportivas posteriores a esta.

Na edição nº 976 do referido periódico foi registrada a criação do “América Foot Ball Club” a partir de ofício enviado ao jornal. Não há relatos de quem integrava o clube ou os jogadores que participavam da partida, porém sabe-se que essa organização esportiva se situava na Alagoinha-Velha, local que abriga a sede do clube América até hoje, embora o mesmo não componha mais o quadro futebolístico local.

Com a estruturação dessas duas equipes, a mídia ganhou um novo gás para as reportagens sobre as partidas e passamos a encontrar notas ainda mais descritivas sobre os jogos. Algumas contavam com a escalação de cada time, rendimento e lances de destaque do jogo e o tradicional placar.

Após dois meses de treino, o “América Foot Ball Club” tem sua estreia anunciada:

Estreia do América FBC – Amanhã estreará o novo América Foot Ball Club, jogando com a Associação. O América parece no seu conjunto estar bem treinado e forte. O match anuncia-se disputadíssimo, pois a Associação empenha-se no seu brio de veterano em não ceder a primazia ao novo club (...) (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 28 de novembro de 1925).

E a partida que teve como placar um empate de 1x1, foi noticiada na edição seguinte nº986, onde foi registrado que apesar do “notável público adepto que apresentou o América”, os problemas estruturais ainda eram mais alarmantes. O redator aponta o fato do “campo ser inapropriado (...) com barrancos dos lados e outros defeitos”.

Ainda na mesma data, à noite, houve uma “reunião dansante muito animada na sede do América, comparecendo as senhorinhas que realçaram mais ainda trajando as cores simbólicas do club” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 5 de dezembro de 1925).

O espaço tão criticado, O Campo do Matadouro, ficava como o próprio nome diz, em um terreno próximo ao Matadouro Municipal. O local não contava com estrutura para o acompanhamento da partida, como arquibancadas ou cadeiras e, por ser um espaço aberto, não possuía bilheteria para acesso.

Essa falta de estrutura indica um problema determinante para o avanço das iniciativas esportivas. Em todo país, a década de 1930 foi tida como o marco para a profissionalização do esporte. Esse movimento conduziu a formação de times e clubes profissionais de diversas modalidades por todo território. Em grande parte, para o futebol, tornar-se um esporte comercial era viabilizar sua continuidade. O amadorismo que atraía os praticantes, no tocante da diversão e lazer, não proporcionava um programa contínuo de atividades (MOURA, 2009).

Embora o movimento de profissionalização tenha como marco a década de 1930, o processo de crise que findou nessa iniciativa já se apresentava na década anterior, na pouca frequência das atividades relacionadas a esse tipo de prática corporal.

Em Alagoinhas, a oscilação na prática do esporte era sentida pela comunidade, que passava meses sem uma ação regular dos clubes. O que era registrado pela gazeta local como um tempo de reestruturação dos times alagoinhenses. Porém, o fato de não haver jogos no campo central da cidade não

impedia a realização desses em outros espaços, muito menos a estruturação de outros times.

Após 10 meses sem registro da atividade esportiva local, a coluna “Desportivas” retorna aos tópicos da edição de 5 de outubro de 1926, anunciando o surgimento de um novo clube, o “Uteeme Foot-ball Club”.

Entrando novamente em hiato, temos em 26 de dezembro de 1926, mais um clube integrando o ambiente esportivo da cidade: o “Flamengo Foot-Ball Club”, que no ato de sua inauguração realizou uma festa com “comparecimento de inumeros amantes do sport”. Realizou-se também uma partida inaugural entre duas equipes do time. A ação foi noticiada pela gazeta local *O Correio de Alagoinhas*, na edição nº 1038.

Se nos anos de 1925 e 1926 houve a efervescência das práticas esportivas do futebol, o ano de 1927 apontava um declínio na sua representatividade prática. Sem notas sobre partidas dos times recém-estruturados, encontramos em fevereiro de 1927, na 1044ª edição da gazeta local, uma nota, sem muitos detalhes, sobre jogo entre o Botafogo e o Ypiranga (times locais) e após esta, notamos em março do mesmo ano o registro do jogo entre Botafogo e o Flamengo, partida anunciada na inauguração da equipe flamenguista, além do “festival” do Botafogo, anunciado em uma nota simples e curta em 14 de maio. (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, edições nº 1044, 1048 e 1055 respectivamente).

Os anos seguintes reforçam a ideia de que a prática esportiva na cidade não havia se afirmado no cenário cultural local, permanecendo na oscilação já apresentada. Nos livros que narram a história local, seja em suas memórias como o da poetisa Joanita Cunha, ou nos relatos mais tradicionais de Salomão Barros, constatamos na ausência de maiores registros que o futebol não apresenta uma representatividade marcante para a comunidade alagoinhense da época.

É intrigante refletir sobre as causas que tenderam a não propagação desta atividade, tendo em vista que sua prática costumava acontecer aos domingos, um dia exposto por Américo Barreiras (1902) como sendo detentor de um grande vazio cultural para a cidade.

Se havia uma carência central de atividades de divertimento e lazer no início do século XX, fica nítido que na década de 1920, o único lazer que se apontava regularmente aos domingos era as sessões de cinema. O que reforça o ponto da

não mercantilização do futebol enquanto esporte como provável empecilho para afirmação da mesma.

Retratando essa crise, a edição de 20 de março de 1930 no Jornal *O Correio de Alagoinhas*, nos expõe uma nota de título “TRABALHO SEM DIVERSÃO ENTORPECE” no contexto de reclame sobre a dificuldade para a estruturação do futebol da cidade:

Demos pois a Alagoinhas um meio de diversões que no mesmo tempo deixe rendas para o município – Todos sabem que o foot-ball constitue um entretenimento sem igual, além de desenvolver a cultura physica da mocidade que o pratica.

O que faz em Alagoinhas não se praticar o querido esporte betrão, é não conseguirmos um campo fechado. Com os campos abertos, sem renda para os clubs, não há aggremação, nesse gênero, que se possa equilibrar, dahi a morte inevitável dos nossos clubs.

Agora que vieram muitos operários da “E’ste para cidade, já se cogita da formação de boas equipes para uma nova phase do foot-ball.

Mas ninguém quer se envolver com a direcção dos clubs pela falta de verba para a manutenção das sociedades.

Se o governador da cidade quizesse dar ao povo o divertimento que carece, bem podia mandar fazer ao menos um arremendo de ground no terreno que fica ao lado da Usina Electrica, até que com a renda do mesmo pudesse amplial-o tirando disso resultados para o municipio e dispensando uma parte para os clubs contendores. Teriamos ainda vantagens prelios em benefícios da Santa Casa e outras instituições.

Só as temporadas com os clubs de fóra dariam uma renda estupenda, pois todos queriam assistir prelios, em que se medissem forças locaes e visitantes, contribuindo com centenas de mil reis.

Não há fonte de receita melhor e sem necessidade de grandes esforços que esta. Apenas o campo, a bilheteria e um preposto para a cobrança. Do restante as directorias dos clubs se encarregariam (O *CORREIO DE ALAGOINHAS*, 20 de março de 1930).

Com um cenário de pelo menos nove equipes estruturadas entre as décadas de 1900 e 1920 (Tupy Foot-Ball Club; Guarany; Cruz de Ferro; Associação; América Foot-Ball Club; Uteeme Foot-Ball Club; Botafogo; Flamengo e Ypiranga) é possível vislumbrar que a comunidade local detinha interesse pela prática, realizando-a de forma amistosa ou amadora, como era o padrão do período, independente do seu registro midiático ser regular ou não.

Num nível estrutural, os esportes não se apresentavam como foco da sociedade empresarial alagoinhense. Tendo em vista que além do campo do Matadouro, não há registro nas fontes pesquisadas sobre a existência de outro

espaço com características propícias a prática esportiva de maneira geral, sobretudo do futebol.

No encaixe da questão de espaços destinados as práticas culturais, esportivas ou não, abordaremos os espaços públicos de maneira geral. No tópico a seguir será conduzida a discussão em torno dos lugares e das ações que ocorriam em ambientes públicos independente do apoio dado para a atividade.

3.5 Os espaços públicos e suas práticas sociais.

A vida social de Alagoinhas, em sua essência, como na maioria dos centros urbanos, estava atrelada aos espaços públicos. Seja no intuito do comércio ou na prática cultural, vemos nesse ideal de civilização, a concepção de que um ambiente urbanizado necessitava de espaços destinados à sociabilidade.

No marco da transferência da sede urbana da cidade, esse ideal se tornava mais nítido, já que logo na segunda década, após a mudança começou-se a planejar um ordenamento urbano que viabilizou a expansão das ruas, ganhando características de maior mobilidade e também, a construção das praças que se tornariam o foco inicial da sociabilidade e do lazer na época (LIMA, 2010).

3.5.1 As praças e suas mutações.

Nas décadas finais do século XIX, já identificamos na cidade de Alagoinhas algumas praças que carregavam em seu nome, maior parte das vezes, a sua função social.

Logo na estabilização do centro próximo à ferrovia, como sede da cidade, foi construída a Praça do Comércio. Inaugurada em 1885, situada à frente da primeira estação ferroviária, o ambiente foi um dos primeiros espaços destinados à sociabilidade a ser constituído no centro urbano.

Nessa praça, logo da sua construção, ficou estabelecida a feira central, reorganizada com padrões diferenciados da feira da antiga sede. Aos sábados, a sociedade alagoinhense, independente da classe social, ocupava seu lugar naquele, que chegou a ser entendido por alguns, como o maior espaço de sociabilidade da época (BARREIRA, 1902).



Fig. 4 - Praça do Comércio em dia de feira.
Fonte: Portal Alagoinhas Mais

Na feira, de certo modo, todos usufruíam do entretenimento atrelado aquele espaço, por exemplo, a negociação da compra, as anedotas trocadas entre os envolvidos nas atividades do local, além de ser um momento aonde chegavam a ocorrer mostras da cultura local, como a música e dança que mobilizavam a população (LIMA, 2010).



Fig. 5 – Praça J.J. Seabra em construção (1900). Fonte: Portal Alagoinhas Hoje

As modificações realizadas nesse ambiente eram constantes. No ato da mudança do nome para Praça José Joaquim Seabra, o local já recebeu, além de modificações no calçamento e nos bancos, o seu primeiro coreto.

As reformas executadas buscavam atender as demandas sociais locais, porém, ressaltamos as ações ocorridas no início do século XX: a arborização e a construção de um coreto central, que depois foi reestruturado em formato de Coreto Bar.

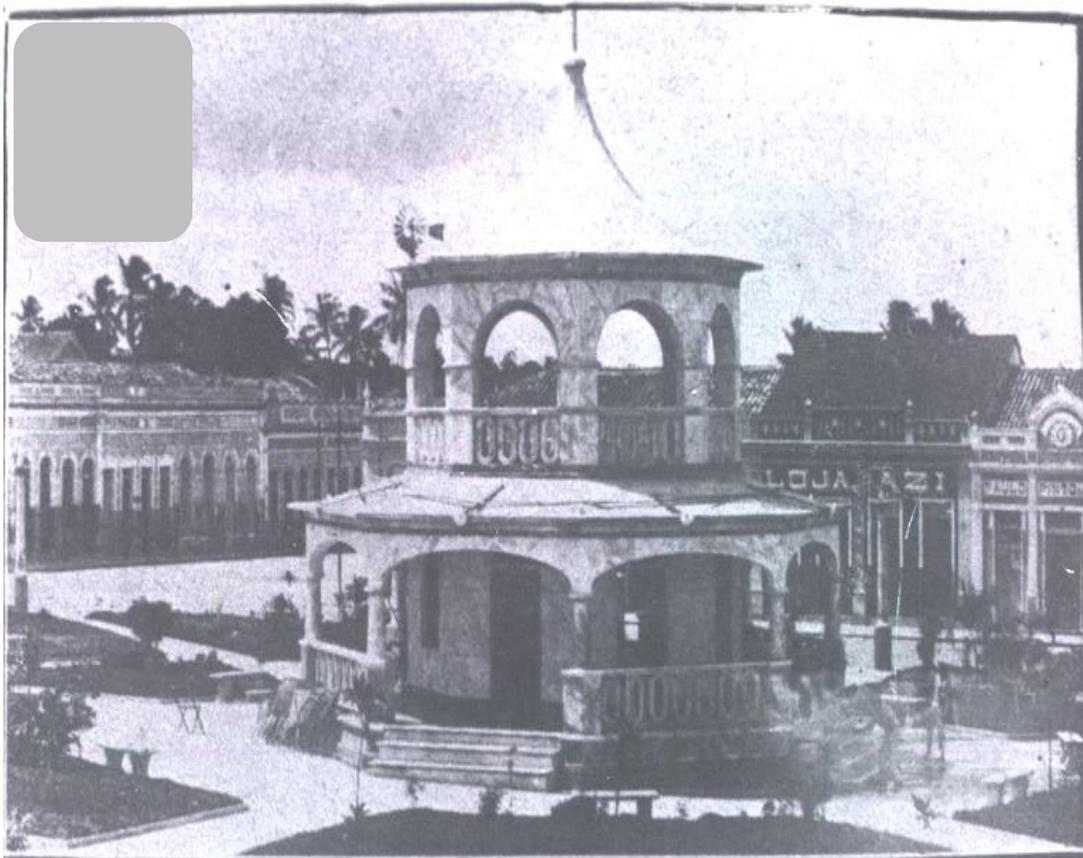


Fig. 6 – Coreto Bar construído na praça J. J. Seabra.
Fonte: Alagoinhas Artes/Marcello Ornelas

O Coreto Bar, inaugurado em 1927, chamou atenção da sociedade pela sua estrutura e pompa. Na gazeta local as modificações urbanas mostravam que:

A nossa cidade vae naturalmente mirando-se no surto da civilização que bafeja com mais felicidade as suas outras companheiras, e por isto não mais pode usar rouparia fora da moda (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 8 de agosto de 1927).

A inauguração do Coreto-Bar, na Praça Central foi aclamado pela mídia local, fazendo com que o redator direcionasse às iniciativas musicais da cidade seus reclames sobre a necessidade de ocupação do espaço:

Resta-nos a fim, a doce esperança de que as nossas adormecidas orpheicas se despertem do lethargo, e n'um gesto de entusiastico reconhecimento para com o activo intendente compareçam n'essa festa de satisfação geral (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 8 de agosto de 1927).

A iniciativa de reforma da Praça partiu do governo municipal, mas sua ocupação, ao que parece, não era bem definida, fazendo com que a redação do jornal nesta edição reforçasse algumas demandas:

E' necessário também que esteja convenientemente aparelhado por um homem que tenha amor á nossa terra, o Bar, de modo a honrar o nome de Alagoinhas civilisada (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 8 de agosto de 1927).

Com a construção da Câmara Municipal, tínhamos outro espaço público com a estrutura de praça na cidade, o Paço Municipal e a própria Rua da Câmara. Devido ao fato de a localidade ser próxima à Praça do Comércio, sua vida social e sua representatividade se destacavam perante outros espaços. Desde a inauguração do prédio da Câmara vemos as ações musicais, recém-estruturadas na cidade, que atuavam nesse local, quando de alguma festa cívica ou recepção de um político de expressiva representatividade. (BARREIRA, 1902)

A região da Câmara tinha importância tamanha para a comunidade local, que as filarmônicas, seguindo essa ideia, utilizavam desse ponto para suas apresentações e chegaram a até fixar suas sedes nessa área (BARROS, 1979).

Além destas, temos também a Praça do Cruzeiro, (localidade também chamada de Praça do Mercado), que teve em 1923 seu nome para Praça Rui Barbosa (LIMA, 2010; BARROS, 1979). Nesse espaço:

havia dois coretos, às vezes, cada banda ocupava um deles. Eram rivais; e se estivessem com ânimos exaltados, cada qual fazendo mais esforço para sobressair. Os organizadores das mesmas escalavam dias e horários diferentes em que a cada uma deveria tocar. A confusão envolvia adeptos e entusiastas cecilianistas e euterpistas (SANTOS, 1987).

Sobre esses conflitos, que eram recorrentes, em 1927, na edição nº 1047 do jornal *O Correio de Alagoinhas* encontramos registro de uma briga findada em tiroteio, envolvendo a população e a polícia, devido a um desentendimento entre os espectadores das apresentações das filarmônicas na Praça Rui Barbosa.

Em verdade, a vida cultural passava-se pelas largas ruas urbanas numa realidade constante, porém geralmente estava atrelada a iniciativas privadas ou religiosas.

As igrejas centrais contavam com praças localizadas na frente de seus prédios, onde se dava a realização de suas festividades. Eram nesses largos que se montavam os coretos e palcos para que as missas festivas fossem realizadas e a banda se apresentasse.

As vias de Alagoinhas também eram tomadas pela população nos tradicionais eventos de Ano Novo, Carnaval e Mi-carême, por exemplo, todos incentivados pelos clubes e associações musicais como os blocos carnavalescos, as filarmônicas, e etc.

As comunidades dos bairros também atuavam na estruturação das festividades locais. Era tradição da Festa de Reis, realizada no dia 6 de janeiro (dia da Folia de Reis, data comemorativa do calendário de festividades da religião católica), ocorrer apresentações dos chamados ternos de reis. Estes eram grupos, de moças ou rapazes que enfeitavam carros e alegorias para desfilarem nas quermesses realizadas pelas paróquias. Sobre esse festejo a gazeta local relata:

Neste anno as festas aconteceram nos dias 0, 06 e 09 e houve dois locais de festejos. O 15 de novembro e a Praça Barão do Rio Branco. No dia 15 a música foi por conta da Euterpe. O festejo contou com buffet em torno da Lapinha e do coreto erguido para a festa; banca de jogos permitidos pela polícia. Os tradicionais ternos não se apresentaram esse anno, porém foram formados outros grupos como “Os 15”, “Os revoltosos” entre outros (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 13 de janeiro de 1927).

Por tradicionais “ternos” que a nota menciona, podemos citar os: “Estrela do Oriente”, “Aurora”, “As Rosas”, “O Marujá” e “As Borboletas”, que são ternos que se apresentaram nos anos anteriores ao registro da nota acima.

As notas redigidas pelo *O Correio de Alagoinhas* sempre reforçava que as ações nos espaços públicos, como as praças, eram organizadas pela iniciativa de um grupo privado como, por exemplo:

Como nos annos anteriores, coube agora à querida philarmônicas “União Ceciliana” a primazia de organizar o programa das festas com que o povo se devia despedir do velho anno e saudar alegre diante o Anno Novo de 1925 (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 7 de janeiro de 1925).

Mi-carême em Alagoinhas – Correram animadas as festas de Mi-Carême, organisadas pela velha e querida Euterpe (...) A Ceciliana também concorreu para animação do Mi-carême, tocando durante a tarde, na Rua D. Pedro II, onde o povo se divertia cheio de alegria (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 13 de abril de 1925).

(...) nossos parabéns pois a União Ceciliana e sua directoria, que sem os seus esforços teriamos a desdita de ver passar as festas de Natal e Anno Bom na maior monotonia possível (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 31 de dezembro de 1927).

Até quando da chegada de algum representante político, a recepção ao mesmo se dava por iniciativa de um dos dois grupos citados na nota “Pela Ceciliana” datada de 5 de abril de 1926, no Jornal *O Correio de Alagoinhas* onde conta que a filarmônica recebeu o apoio de “benevolentes” para os preparativos necessários para tal evento.

No âmbito das praças, estruturou-se também a Praça Barão do Rio Branco. Nesse local abrigavam-se não só os coretos montados para apresentações musicais como também as ações itinerantes que chegavam a cidade.



Fig.7 – Praça Barão do Rio Branco. (1900?).
Fonte: Portal Alagoinhas Mais

3.5.2 O lazer pelos trilhos: as atividades itinerantes.

A partir da linha férrea, Alagoinhas tinha acesso a um variado leque cultural. Quando não pelos caixeiros viajantes, que no século XIX já tinham na cidade uma associação firmada, víamos artistas de variadas áreas passarem e se hospedarem na cidade. Como das ações citadas no tópico que abordava o cinema, também ocorriam as atividades circenses de diversas espécies.

A presença do circo na cidade era regular. Todo ano havia a estadia por uma temporada de um circo na região. Em 12 de outubro de 1925, tendo acesso a comemorar pela primeira vez o recém-promulgado Dia das Crianças¹⁴, Alagoinhas recebeu a estadia de um circo Rio Grandense, situado à Praça do Rio Branco, local tradicional para instalações deste porte.

No mesmo ano, na data de 31 de outubro, já havia relatos da chegada de outro grupo circense, O Circo Europeu, que solicitou junto a mídia local a divulgação dos seus espetáculos.

Após estes, aparece o Circo Leão do Norte que em janeiro de 1930 chegou à Alagoinhas, trazendo “um vasto repertório de comédias, dramas e variedades, um bode, um cachorro e um macaco amestrados” (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 11 de janeiro de 1930).

Podemos citar ainda o Circo Olimecha¹⁵, com estadia programada para uma semana e nota de divulgação na edição de 13 de janeiro de 1927 do *Jornal O Correio de Alagoinhas*: “conjunto formado por Manoelito Olimecha, Leonor Anapurú de Azevedo, e Francisquinho de Azevedo, [...] nas atividades de Salto, Contorcionismo, malabarismo e o palhaço Francisco de Azevedo”.

Além desse perfil circense, localizamos em 19 de outubro de 1926 a estadia do circo de touradas, vivenciado pelo toureiro Pedro Alemão, que vindo da capital e tendo se apresentado por diversas cidades do país, estava então em Alagoinhas para uma apresentação, permanecendo por duas semanas (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, edições nº 1030 e 1032).

¹⁴ A promulgação do dia 12 de outubro como Dia das Crianças faz parte do decreto nº 4867 de 5 de novembro de 1924, assinado pelo então presidente Arthur Bernardes. Entretanto, a data tornou-se popularmente reconhecida a partir da iniciativa empresarial da fábrica de brinquedos infantis, Estrela, junto com a marca Johnson & Johnson, em 1960.

¹⁵ O Circo Olimecha é um tradicional grupo circense brasileiro, tendo se formado a partir do patriarca Frank Olimecha e mantido por seus filhos nos anos seguintes, o grupo tornou-se responsável pela formação da primeira Escola Nacional de Circo, criada na década de 1980. (KRONBAUER, 2016)

Com notas pequenas, destinadas apenas a uma ação informativa, os jornais da época não expunham se a apropriação e ocupação desta ação pela sociedade, ocorria de fato. Contudo, sua aparição dá a entender que houve a aceitação desta atividade pela sociedade alagoinhense.

Podemos ver relatos de circo até a década de 1930, com a estadia regular no decorrer de 1927 a 1930 da chegada do:

Éden Circo Estreará amanhã, nesta cidade, pavilhão armado á Praça Rio Branco, o “Eden Circo” composto de artistas de comprovada competencia em todas as cultas platéns, onde se têm exhibido. | Os seus directores Carlos Alciatti e A. Segundo Serbatt, que são afamados artistas, muito têm trabalhado para que o programma de amanhã seja de agrado geral, com trabalhos escolhidos. Devemos salientar que os clows que são de uma graça irresistivel, porém as suas piadas são de esylo moral (*O CORREIO DE ALAGOINHAS*, 30 de abril de 1930).

A literatura nos mostra que a estrutura circense nesse período se embasava em saberes familiares, passados de pai para filho. Claudia Henriques (2006) nos aponta que a cultura circense, que se firmava nesse período no país abrindo em si características variadas de diversas artes:

O circo-teatro começou a aparecer em Minas Gerais no início do século XX através da iniciativa de um palhaço que enfrentava dificuldades financeiras em seu circo. A apresentação de comédias e dramalhões foi um recurso para tentar atrair o público que se encontrava escasso devido ao início da Primeira Grande Guerra, do surgimento do fonógrafo e do cinematógrafo que se fizeram concorrentes das apresentações circenses (HENRIQUES, 2006, s.p.)

Tínhamos na prática circense como um todo, um público variado, com atividades também diversas:

Instalando-se na periferia das grandes cidades e voltado para as classes populares os nômades usavam tendas e nas festas sacras, havia bagunça, bebedeira, e exibições artísticas, incluindo teatro de bonecos (HENRIQUES, 2006, s. p.)

Além destes, há relatos de apresentações com animais, como, por exemplo, o pavilhão equestre de Herval, montado em março de 1925 e também aos circos de tourada, que tiveram passagem em 1926. Todas usufruíam do mesmo espaço físico para suas instalações: A Praça do Rio Branco.

A construção urbana da cidade, inevitavelmente se deu as margens de suas lagoas e rios, responsáveis pelo seu nome, Alagoinhas. E, embora o ideal de

modernidade e urbanização conduzi-se as construções e os costumes no sentido de se afastar do que era próprio da natureza, a população manteve seus elos com esses espaços.

3.5.3. As práticas na natureza

A relação do Alagoinhense com a natureza em torno da cidade, no período estudado, apresenta-se de forma discreta nos achados da pesquisa.

É possível identificar, nas atividades já analisadas, que a formação hidrográfica e as serras aos arredores da cidade eram vistas como espaço para práticas de divertimento e lazer.

Contudo, o ideal de modernidade que tomava a mentalidade local e nacional não tangia essas ações. Por conta dessa perspectiva, os registros sobre as práticas que aconteciam nesse espaço mostram-se reduzidos perante outras.

No marco do final do século XIX, a mata das serras, como a Serra do Ouro, foi apontada por Américo Barreira (1902) como ambiente escolhido pelos adeptos da caça à pequenos animais.

Ao nos debruçarmos sobre o início do século XX, encontramos mais relatos sobre os passeios e as práticas de lazer de pequenos grupos, e de famílias em sítios e chácaras (SANTOS, 1987).

Porém, o registro mais detalhado sobre o potencial de lazer entendido por esses espaços é identificado na publicação da lei nº607 de 29 de novembro de 1926, divulgada pelo jornal *O Correio de Alagoinhas*, na edição de 31 de dezembro do referido ano. Nessa lei, o conselho municipal determina:

Art. 1 – Fica concedido ao Snr. João Pinho privilegio exclusivo pelo praso de dez annos para a exploração de uma piscina balnearia que se propõe montar nas margens do Rio Catu nesta cidade, onde será exercido o sport de natação.

Art. 2 – É permitido ao concessionário explorar outras industrias correlativas junto a piscina como também aluguel de roupas aos banhistas, exercício de gymnasticas e outro qualquer sport útil e estabelecer ali um pequeno bar e café.

O balneário ganhou isenção fiscal pelo prazo de dez anos, a partir da sua instalação que, de acordo com o boletim, tinha determinação de ocorrer entre 6 a 18 meses a partir da data de sua publicação.

Identificamos que em nível de gestão municipal, a bacia hidrográfica da cidade tinha uma capacidade reconhecida para o lazer e a prática esportiva, porém a sociedade local, principalmente a imprensa nesse caso, não possui registro dessas atividades.

Entretanto, com base nesta nota, levantamos aspectos relevantes para análise como, por exemplo, a tentativa do governo municipal de implantar os esportes aquáticos na comunidade, além de propagar a ginástica além do ambiente escolar.

As práticas aquáticas eram tradicionais na capital do estado. Nesse período, desde o nado até o remo eram entendidos como práticas relevantes para comunidade, e suas ações valorizavam as localidades à beira-mar, sobretudo a região da Baía de Todos os Santos (ROCHA JUNIOR, 2011)

Em Alagoinhas, apesar da alta quantidade de lagoas e rios, a utilização desses espaços não se empregava da mesma forma que em outras localidades. A bacia hidrográfica da cidade faz parte da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, compondo a bacia do rio Pojuca a partir dos rios Catu perpassa pela área urbana e o rio Aramari, que flui pela região do bairro do Mangalô, na radial oeste da cidade.

Dentro da área urbana da cidade há variadas lagoas, dentre elas, a Fonte dos Padres, Lagoa da Cavada e a Lagoa Jheremias (Soterrada, parcialmente, no final da década de 1990 para construção de um pequeno shopping de serviços e atualmente em processo de aterramento para construção de um condomínio residencial), todas na região da Alagoinhas – Velha, além da Lagoa do Mato e a Lagoa da Feiticeira, no bairro da Rua do Catu, na radial norte da cidade.

Sobre a relação entre esses locais e a comunidade alagoinhense, mesmo sem registros da imprensa local, é inegável a utilização desses espaços para as práticas de diversões. Identificamos isso no seguinte registro de Joanita Cunha:

O reservatório da represa, muito se assemelhava a uma grande piscina. Aos domingos, uma turma de amigos de meu pai ia tomar banho no sítio, em Alagoinhas Velha, lugar muito visitado pelas pessoas da cidade, sendo que algumas delas tinham até casas de veraneio para aproveitarem, assim, as delícias de um clima ameno, e considerado muito bom para a saúde (SANTOS, 1987, p. 45).

Outro tocante nas ações festivas se dá no ingresso das unidades escolares recém-formadas, às atividades culturais da época, com apresentações nas datas cívicas, apoiando os eventos organizados pelas instituições comerciais de entretenimento, clubes musicais e paróquias. Mesmo em regimento de apoio, localizamos nessas atividades o início de um movimento cultural no setor educacional da cidade, ato que reverbera na realidade da comunidade escolar.

Verificamos o ápice dessa repercussão nos festejos de 2 de julho de 1926, onde o delegado escolar Oscar Rabello, com o apoio do professorado das escolas: 7 de Setembro, 15 de Novembro, Dr. Seabra, 2 de Julho, Escola do Mangalô, 21 de Abril, 3 de Maio e Collegio Particular Jesus, Maria, José, organizaram diversas atividades culturais, a começar com uma missa campal realizada pelo turno da manhã na Praça Barão do Rio Branco com todo o alunado da escola devidamente fardado e a tarde, com uma apresentação do coral formado por alunos acompanhando a pianista Alzira Santa Izabel.

Ao nos debruçarmos sobre a comunidade Alagoinhense e a fruição do tempo livre no espaço urbano, vemos aspectos de uma cidade que buscava abrigar em seu lazer, o ideal moderno e mercadológico. Esse imaginário de lazer era compartilhado por diversas regiões do país que passavam pelo mesmo processo.

No tocante da iniciativa advinda dos órgãos públicos recém-estruturados na cidade, notamos nas décadas finais do século XIX pouca atuação tanto na organização de ações quanto na estruturação urbana destinada ao lazer. Nesse momento, a sociabilidade possuía maiores investimentos, porém, esses se voltavam para espaços estritamente comerciais, que a comunidade se apropriava para fins lúdicos.

Só na virada do século, principalmente na década de 1920, identificamos maiores registros de investimentos estruturais voltados para o lazer e o divertimento, contudo, as ações e as iniciativas dos eventos ainda ficavam, em sua maior parte, por conta das organizações privadas ou religiosas.

4 O LAZER NA CIDADE DE ALAGOINHAS: INTERPRETAÇÕES E PERCEPÇÕES

Como ato final, apresentamos aqui nossas considerações, que se não são conclusivas, são um olhar final, um olhar interpretativo sobre as fontes e nosso objeto de estudo. Assim, o que tratado não se mostra como uma conclusão clássica, mas é sim uma compreensão, ao nosso olhar, de tudo que foi até aqui tratado. Sabemos que esta opção de escrita foge aos padrões usuais, mas cremos, que atende aquilo que indicamos como objetivos e dá conta, ao mesmo tempo, de um fechamento e de uma ideia de continuidade, que se quer ter com esta obra.

É perceptível o elo existente entre o lazer e a cultura nas práticas sociais identificadas nesse estudo. Para tanto, Dumazedier (2014) traça como ponto principal para os estudos no campo do lazer, “compreender as relações existentes entre o tempo livre, as obrigações cotidianas e as suas funções, logo que estes laços determinam o modo de participação na vida social e cultural” (p.34). Isso também é afirmado por Melo e Alves Junior, quando dizem que as atividades de lazer são sempre culturais” e no tocante sobre a cultura, reiteram que além de ser composta por “uma variedade de linguagens/manifestações” ela também se apresenta como “conjunto de valores, normas, hábitos e representações que norteiam a vida em sociedade” (MELO e ALVES JUNIOR, 2012, p.37).

Este tópico, por tanto, se fundamenta na problematização e discussão de alguns aspectos da vida social e cultural que permeiam a história das atividades relacionáveis ao campo teórico do lazer e a cidade de Alagoinhas, com o objetivo de analisar as representações, a adesão e/ou apropriação das práticas de lazer e sociabilidade que ocorria à época.

É notório o fato de que a fruição do momento de lazer é ainda uma realidade a ser alcançada, ainda nos dias atuais, quiçá, no padrão social tido no período transitório dos séculos XIX para o XX. Fabiane Popinigis (2015) ao analisar o trabalho e o lazer no pequeno comércio desse recorte histórico, nos aponta que a disponibilidade de tempo livre era diretamente relacionada ao cargo que o indivíduo ocupava na sociedade empresarial.

Voltando seu olhar para os anos compreendidos entre 1850 e 1911, a autora delimita o grupo que compunha a classe trabalhadora da época, sobretudo os caixeiros, trabalhadores do comércio, como sendo “muito jovem, solteiro, branco e

em geral imigrante” (POPINIGIS, 2015, p.113). Esse grupo, com a proibição do tráfico de escravos, se mesclou com os “trabalhadores pobres, livres e libertos (...) morando em cortiços e exercendo as funções de carregadores, carroceiros e vendedores ambulantes, entre outras” (POPINIGIS, 2015, p.113).

Alagoinhas sentia, no período final do século XIX, essa realidade. Com a gama de imigrantes recém-chegados à região, o comércio da cidade se aquecia com a cultura desses caixeiros. Com um ambiente destinado a seu agrupamento, a Beneficência Caixeiral, os caixeiros locais buscavam seu espaço dentro do ambiente recreativo da cidade.

É relevante atentar o olhar para as diversas categorias relacionáveis a essa classe, sobretudo os demais trabalhadores que compunham o ambiente laboral da cidade no período.

Alagoinhas, como uma cidade voltada para o agronegócio, se deparou no final do século XIX com diversos fatores que promoviam mudanças na realidade comercial local. Os negros libertos, não aceitos, nem absorvidos pela sociedade urbana, a guinada das primeiras e pequenas iniciativas empresariais, a importação e a exportação de produtos à serem comercializados a partir dos trilhos. Tudo conduzia a uma estruturação segmentada das classes sociais da cidade. Essa era uma realidade que Alagoinhas não vivenciava sozinha, todo país comungava dessa mesma tensão social.

Os trabalhadores braçais ligados as classes mais baixas praticamente não usufruíam de nenhum saldo para pagamento no fim do mês.

O pequeno começava a trabalhar em uma casa de comércio como aprendiz e ficava muitos anos sem receber nem um tostão, ganhando, em troca de seu trabalho, a comida e a estadia, sendo esta frequentemente a própria loja ou a casa do patrão (POPINIGIS, 201, p. 114).

De acordo com a autora, as demandas de trabalho nesse regimento suprimiam todo tempo livre do trabalhador, ficando entre 10 a 14 horas de trabalho contínuo, com pequenos desvios garimpados pelos trabalhadores para as refeições essencialmente. Sob a ideia de uma ascensão social dentro da empresa, ligando-se aos patrões, compeliavam seus esforços de maneira a não comprometer suas chances futuras.

Contudo, os ideais das cargas horárias e das folgas almejadas pelas classes como um todo, também integravam o discurso pela busca de direitos desses trabalhadores comerciais. Mesmo não entrando nas grandes greves, como a greve ferroviária ocorrida na cidade de Alagoinhas no período de 1900, a busca pela folga, ao menos no domingo, e pelo direito ao lazer, descanso e a educação fazia parte das reivindicações gerais das classes.

Tendo em vista as tensões da estruturação desse ambiente, fica claro entender que os empecilhos existentes ao fator tempo comprometiam a adesão e apropriação da vasta gama populacional da época. Na conjuntura de uma sociedade que buscava fundamentar-se enquanto centro urbano, agregando as demandas econômicas do período, o olhar para o lazer e as práticas de diversão se encontravam delimitadas a uma pequena parcela da população que já se encontrava em um padrão social mais confortável, como fazendeiros e coronéis locais.

Daí, é possível vislumbrar que as ações musicais, como a formação das bandas filarmônicas no final do século XIX, mantinham-se atreladas às ações políticas como a inauguração de espaços públicos, recepção de políticos de outras localidades vindos a cidade, e etc.

Já o século XX se mostrava como um ponto de ebulição para novos padrões culturais. O estreitamento das relações comerciais da cidade, com outras localidades nacionais e mundiais trouxe para Alagoinhas um novo modo operante em várias frentes. A cidade vivenciava o estopim da exportação de seus produtos internos, como na década de 1920, quando houve a expansão da comercialização das frutas cítricas, o limão e a famosa laranja, que a cidade carrega até mesmo em seu brasão municipal.

A chegada de outra gama de imigrantes refugiados da primeira guerra mundial também renovou os ideais de modernidade e urbanidade conhecidos pela população local. É possível identificar nos discursos da imprensa alagoinhense, que o olhar sempre estava voltado às práticas de outros centros urbanos, como se estes fossem a representação da civilidade a ser alcançada na época. Produtos e ações eram divulgados dando ênfase a sua aceitação ou produção no mercado externo como se este fator fosse determinante para sua qualidade.

Se a cultura local que havia na formação da cidade em sua primeira fase na antiga sede, Alagoinhas – Velha, habitava as práticas de sociabilidade

desenvolvidas nas feiras e nas quermesses paroquiais, a mudança da sede, junto à construção do ideal de urbanidade, aliado a demandas de civilização e modernidade, fez com que a cultura local se expandisse para um demanda de lazer mercadológico que ia de encontro a realidade até então identificada da época.

Ocorrendo, no início da formação da vila, as vivencias livres como, por exemplo, o banho de rio, a caça nas serras, as missas festivas e os sábados de feira o abrigo das suas práticas de sociabilidade e entretenimento, passamos a verificar na estruturação da cidade em si a representação do que Cardozo (2014) nos apresenta como o lazer idealizado.

Verificamos no discurso midiático local e nos registros literários, que os ambientes e as práticas de lazer e sociabilidade estavam atrelados a representação de uma Alagoinhas civilizada e culta, que buscava naqueles espaços expor sua civilidade e boa educação. E quando esta realidade não se empregava de fato, devido a ação da população frequentadora do espaço, o ocorrido era recriminado e repreendido a fim de que vigorasse naquele ambiente um status que se aproximasse do padrão do outras cidades que vivenciavam o mesmo projeto de modernidade.

Nesse ambiente de miscigenação cultural, Alagoinhas passou a se apropriar de diversas práticas culturais, como a música que ambientava os lares, no ensino de piano que perdurou por décadas, nas aulas da família Santa Izabel ou da professora Risoleta de Carvalho, por exemplo, ou nas práticas esportivas da colônia italiana que se expandiram para as práticas de futebol, nas ruas recém ampliadas do início do século XX e nas partidas organizadas no Campo do Matadouro.

A dança que surgia nos bailes dançantes dos clubes musicais da cidade, lembradas pelos autores memorialistas, também pode ser citada como exemplo da remodelação dos costumes culturais do povo, que agora nos ideais urbanos, se agrupavam em clubes para experienciar os movimentos vistos nos filmes focalizados no cinema ou nas apresentações de dança de bailarinos, que chegavam à cidade nas viagens do trem.

Embora as maiores modificações nos costumes culturais e nas práticas de lazer tenham surgido a partir da interação cultural com outros povos chegados a região, a própria população local organizava suas ações de divertimento e entretenimento, na atenção às datas festivas da época.

As festas realizadas nas comunidades sejam do centro urbano ou nos distritos, animavam e movimentavam a vida social da sociedade como um todo. Fato que vemos ilustrado nos jornais da época, onde até um agricultor, vendedor de amendoim, devido os festejos da mi-carême, fez questão de enviar uma nota ao jornal local reivindicando seu direito a comercializar seu produto e comemorar os festejos junto com a população.

De fato, o lazer idealizado no contexto mercadológico, no ideal de um privilégio a ser adquirido a partir do trabalho, compunha mais o imaginário da sociedade local do que uma realidade a ser vivida pela comunidade, tendo em vista que os valores ligados a estrutura desses espaços não viabilizavam a adesão de uma grande quantidade da população local.

Os clubes da cidade, O Euterpe e o Elegante, que chegavam a compartilhar alguns sócios, utilizavam justamente do fator da condição de associação a partir da taxa mensal como determinante para delimitar e segregar quem frequentaria aquele espaço. Embora existissem ações onde as bandas locais, como as filarmônicas, antes ou após das suas apresentações nesse espaço, saíssem pelas ruas da cidade em passeata, promovendo diversão e entretenimento a comunidade central da zona urbana.

Outros locais como o Popular Cinema, ampliando a possibilidade de adesão do público, ainda que não entremos no mérito da discussão da finalidade dessa iniciativa, passou a disponibilizar dois espaços para a exibição dos filmes, com valores diferenciados podendo alcançar classes econômicas diferenciadas, dada a diferença relevante nos valores dos bilhetes.

Toda ação privada desenvolvida nas décadas iniciais do século XX viabilizaram as ações governamentais do decênio compreendido entre 1920 e 1930. Nesse período assumia a intendência do município Saturnino Ribeiro, que dentre toda a sociedade tida como elite na época, era o que tinha um radical mais simplório em sua história.

O jovem Saturnino, chegando à cidade de Alagoinhas ainda criança, trabalhou por longo tempo no ambiente do comércio local. Iniciando como vendedor de frutas na feira da cidade, tornou-se um próspero comerciante, dono de armazéns e trapiches pela cidade, ingressando na Sociedade Beneficente Caixeiral ainda no final do século XIX. Essa ascensão possibilitou sua ligação com as elites comerciais

e políticas da região, permitindo que Alagoinhas, em seu mandato, ganhasse ainda mais investimentos estruturais relacionados a urbanização e, por conseguinte, as práticas de lazer e de sociabilidade da cidade (LIMA, 2015).

Em suma, ao analisar a representação e a apropriação dos espaços e das práticas relacionadas ao lazer e a sociabilidade na cidade de Alagoinhas neste recorte histórico, é entender que a construção do ideal de fruição do tempo livre para o lazer estava em processo de estruturação, não só ideológica, no tocante da elaboração dos direitos ao acesso a essas práticas, como também estrutural na ideia de edificação dos espaços para as mais variadas práticas culturais existentes na época.

No mais, apesar das interposições provenientes das crises econômicas e políticas sucedidas que influenciaram conjuntura local, a sociedade alagoinhense viveu no final do século XIX uma fase de alto investimento na estruturação urbana que tangia a parte física da cidade, viabilizando as práticas de sociabilidade como um todo. Entretanto, as práticas de lazer ainda buscavam seu espaço e sua identidade no novo centro urbano, ato que só passou a ser delineado com a existência das iniciativas culturais, como o teatro e as filarmônicas.

Embora, desde a efetivação do título de cidade, conferido na década de 1880, a comunidade tivesse acesso a essas práticas, ainda não havia a apropriação de fato dessas ações como uma prática regular de lazer, já que as mesmas ocorriam apenas em ocasiões cívicas e datas comemorativas.

O século XX é que efetiva o lazer na cidade e isso fica exposto tanto nos discursos memorialistas dos autores sobre Alagoinhas, como também nos periódicos locais. Encontramos colunas específicas sobre diversões e esportes, notas regulares sobre as atividades desenvolvidas pelas organizações culturais, modificações urbanas que viabilizaram práticas lazer e sociabilidade de forma pública, de acesso livre, além da propagação da criação de associações e clubes culturais voltados a afirmar o novo padrão cultural da sociedade alagoinhense.

Por fim, constatamos que as práticas de lazer e sociabilidade entre as décadas de 1860 a 1930 se estruturaram em Alagoinhas, assim como em todo o país, a partir da interação ideológica e cultural entre a população nacional e a gama estrangeira, sob a bandeira da modernidade e do desenvolvimento.

Com a nova estrutura econômica e o ingresso de capital estrangeiro, identificamos em Alagoinhas a influência do povo imigrante na organização dos produtos de comércio e na cultura de entretenimento local.

Foram apontadas como atividades culturais de lazer e sociabilidade, as feiras locais, o teatro, as bandas filarmônicas e suas atividades culturais como passeios pela região, as iniciativas musicais relacionadas às “bandas de jazz” e ao ensino de piano, os bailes dos clubes dançantes e suas iniciativas literárias, o cinema e o início das atividades escolares nas ações comemorativas das datas cívicas.

As práticas iniciadas no século XIX foram fomentadas pela cultura italiana e espanhola que tiveram sua chegada facilitada pela conjuntura da implantação da linha férrea inglesa. Porém, a reverberação gerada no século seguinte partiu da iniciativa local que apropriada da cultura implantada, edificou o ambiente recreativo de lazer na cidade.

É notório que o processo de crescimento urbano e demográfico da cidade, aliado as concepções trazidas pelo ideal de modernidade, como o individualismo e da recinto privado, fizeram com que sua nova sede necessitasse de um maior cuidado com os espaços comuns e as ações que promovessem a sociabilidade, integrando a esses locais também as práticas culturais nos momentos de lazer.

Porém, mesmo com um ambiente ordenado para a vivência em grupo, boa parte das ações de entretenimento ocorriam dentro de momentos que não eram de fato livres para a maioria da sociedade. Enquanto uma parcela ia às feiras para realizar compras de mantimentos, outra gama ia numa vertente laboral, além dos que lá iam busca de tempos de sociabilidade.

Em Alagoinhas observamos que a tentativa de acompanhar o crescimento econômico nacional não tangia em primeira ordem a atenção ao lazer. Contudo, a modernidade defendia a vivência em comunidade, logo a sociabilidade, espaço primário do que nos é lícito e livre. Isso possibilitou toda ascensão cultural promovida e efetivada no decorrer do crescimento da cidade.

REFERÊNCIAS

_____, **Alagoinhas**. Secretaria de Educação e Cultura. Prefeitura Municipal de Alagoinhas. 1996.

_____, Jornal **A verdade**. 11 de fev. 1877. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **A verdade**. 2 de jul. 1877. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **A verdade**. 2 de jul. 1877. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **A verdade**. 31 de mar. 1878. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **A verdade**. 1 de abr. 1882. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **A voz do povo**. 16 de jul. 1881. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **O Alagoinhense**. 14 de jun. 1885. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **O Porvir**. 20 de mai. 1878. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 jun. 2017

_____, Jornal **O Correio de Alagoinhas**. Edições do ano de 1925 e 1926.

_____, Jornal **A Notícia**. Edições nº 107 e nº 117, 1915.

ARAÚJO, M. M. S. **A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região litoral norte da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador - BA, 2009.

ARAÚJO, M. M. S. **O papel da cidade de Alagoinhas na centralidade e articulação espacial urbana da Região Litoral Norte da Bahia.** Campinas – SP, 2010. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_1/abep2010_2040.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.

BARREIRA, A. **Alagoinhas e seu município: Notas e Apontamentos para o futuro.** Typografia D' O Popular. Alagoinhas, 1902.

BARROS, J. D'A.. **Teoria da História.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BARROS, S. **Vultos e Feitos do município de Alagoinhas.** 1979.

BENEDINI, G.F. **A emigração italiana para a Bahia.** Fênix - Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 10, Ano 10, nº 2, p. 1-20. Julho – Dezembro de 2013. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF32/ARTIGO_10_SECAO_LIVRE_GIUSEPPE_FEDERICO_BENEDINI_FENIX_JUL_DEZ_2013.pdf Acesso em 10 jul. 2017

BOLELLI, R. **O Brasil na segunda metade do século XIX: mudanças econômicas, o comércio internacional e a problemática do padrão ouro.** 65ª Reunião anual da SBPC, Universidade Federal de Pernambuco, jul. 2013. Disponível em: <www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/resumos/resumos/3685.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BULHÕES, A. M. de O. **Estudos definitivos de Alagoinhas ao Joazeiro e Casa Nova.** Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1874.

CADENA, N. **O esporte da Caça à Raposa na Bahia.** Memórias da Bahia. 2016. Disponível em <http://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2016/05/20/o-esporte-da-caca-a-raposa-na-bahia/> Acesso em 12 nov. 2017

CAMARGO, L. A. R.; SILVA, M. R. **Os Clubes sociais e recreativos e o processo civilizatório brasileiro: uma relação de hábitos e costumes.** In: Anais do XI Simpósio Internacional Processo Civilizador, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, p. 68-75, 2008.

CARDOZO, J. M. C. **Poder e hegemonia na construção do conhecimento do Lazer.** In: ISAMAYA, H. F.; OLIVEIRA, M. A. (Org.) *Produção de conhecimento em Estudos do Lazer.* Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, D. D. de **Ensaio sobre a História das Bandas Filarmônicas**. Meloteca 2009. Disponível em: <https://www.meloteca.com/pdfartigos/delmar-domingos-de-carvalho-a-historia-das-bandas.pdf>. Acesso em: 03/11/2017

CORRÊA, C. G. **O desenvolvimento cultural, artístico e a moda no Brasil após a chegada da corte portuguesa**. Monografia ao Instituto de Artes e Design da Universidade de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2013.

COSTA, J. A. da. **Estrada de Rodagem no Estado da Bahia**: Memória apresentada ao terceiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem. Bahia Imprensa Oficial do Estado, 1924.

DAMASCENO, J. J. de A. **Memória e a escrita da história da cidade: Alagoinhas em escritos memorialísticos e em narrativas orais – Maria Feijó de Souza Neves e Major Reginaldo Santana – 1988-2011**. In: Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Função e Poder: Qualidade, Imagem e Escrita. Fortaleza, 2017. Disponível em http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493116133_ARQUIVO_MEMORIAEAESCRITADAHISTORIADACIDADEALAGOINHAS.pdf Acesso em 02 nov. 2017.

DIAS, C. A. G.; JUNIOR, E. de D. A. **Esporte, cidade e natureza: um estudo de caso**. Instituto Virtual do Esporte, n. 28, nov. 2006. Centro de Memória Inezil Penna Marinho. Disponível em: < <http://www.ceme.eefd.ufrj.br/ive/boletim/bive200611/noticias/Esporte%20na%20natureza%20Licere.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2017.

DORTIER, J. **Dicionário de Ciências Humanas**. Revisão e coordenação da tradução Maria Valeria Martinez de Aguiar – São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2010.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. 4ª ed. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 2014.

FREIRE, A. L. O.; SARTORIO, F. D. **Urbanização e Lazer: Aspectos do processo histórico da criação de espaços públicos em Vitória (ES)**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFES, p. 42 – 57. Jan/Jul. 2015

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo – SP: Editora Paz e Terra, 1996.

FORQUIN, J. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre – RS: Editora Artes Medicas, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo – SP: Editora Atlas, 1999.

GONÇALVES, A. N. da S. **UMA CIDADE SEM ESCRAVOS(?): Memória, História e silêncio em Alagoinhas (BA)** In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares de historiadores: Velhos e novos desafios. Florianópolis – SC, jul. 2015.

GONÇALVES, C.; MELO, V. A. **Lazer e Urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970).** Porto Alegre – RS. Revista Movimento, v. 15, n 3, p. 249-271, jul./set., 2009.

HENRIQUE, C.H. **Picadeiro, palco, escola: A evolução do circo na Europa e no Brasil.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 101 - Outubro de 2006.
Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd101/circo.htm>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo – SP: Editora Atlas, 2003.

LIMA, K. M^a S. do N. **Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868 - 1929).** Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2010.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação.** 17ª ed. Campinas-SP: Editora Papyrus, 2013.

MASCARENHAS, F. **Lazer: como prática da liberdade, uma proposta educativa para a juventude.** 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

MELO, V. A.; ALVES Jr., E. de D. **Introdução ao Lazer.** 2ª ed. Barueri-SP: Editora Manole, 2012.

MELO, V. A.; DRUMOND, M. et. all: **Pesquisa histórica e história do esporte.** 7 Letras, 2013.

MINAYO, M.C.S. et al. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2002.

MORIN, E. **Cultura de Massas no século XX**. O espírito do tempo – 1 Neurose. 9ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Forense Universitária, 1997.

MOURA, R.C.B. **A profissionalização do football em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930**. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte e III Congresso Internacional de Ciência do Esporte. Salvador-Bahia, set. 2009.

POPINIGIS, F. **Trabalho e lazer no pequeno comércio** (Rio de Janeiro, 1850 – 1911). In: GOMES, C. L. et al. (Org.) **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. . Campinas - SP: Autores Associados, 2015. cap. 7, p. 113-130.

ROCHA JUNIOR, C. P. **Esporte e modernidade: uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX**. 2011. 167 p. Tese (Doutorado em História Comparada) - Instituto de História, Universidade Federal Do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTANA, A. H. G. de. **Conflitos pela propriedade e reordenamento do trabalho em Alagoinhas e Inhambupe (1860 – 1890)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, J. C. **Traços de Ontem**. 1987.

SANTOS, L. C. R. Dos. **A igreja inacabada e a estação ferroviária: recompondo a memória de alagoinhas**. In: V enecult - Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, Salvador - BA, maio de 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19184.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Diretoria de planejamento territorial territórios de identidade - Bahia - PPA-P - 2016-2019**. Disponível em http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/CONFIGURACAO_TERRITORIAL_E_MAPAS/Territorios_de_Identidade_PPA_2016_2019/TI_x_Municipios.pdf Acesso em: 02 nov. 2017.

SILVA, V. A. S. da **A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA DOS ANNALES PARA O ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE CINEMA E HISTÓRIA** In: Anais do Ciclos de Estudos Históricos. UESC - Ilheus, 2009. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/veruska_anacirema_santos_da_silva.pdf Acesso em 03 nov. 2017.